

TEXTOS DE ECONOMIA BRASILEIRA

VALDUMIRO N. GALINDO

prof. de economia brasileira

departamento de economia 1

PROGRAMA DE TEXTOS DIDÁTICOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
1970 XV

Salvador Bahia

FAC DE C. ECONÔMICAS U. F. B. A.
BIBLIOTECA

BA 6000.95757

CASTRO, Antônio Barros de. "Agricultura e Desenvolvimento no Brasil". In: —. 7 Ensaaios sôbre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1969. v.1. cap. 2, p. 79-144.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL — Antônio Barros de Castro.....	7
Introdução.....	7
1. As posições em conflito.....	8
2. As funções da agricultura no processo de desenvolvimento brasileiro.....	17
3. Agricultura como fator de determinação das estruturas.....	48
O GARGALO EXTERNO — Mário Henrique Simonsen.....	73
1. O desenvolvimento introvertido.....	73
2. O modelo dos três limites.....	81
3. Dívida externa e balanço de pagamentos.....	85
4. Exportar ou estagnar.....	91

1	Introduction
2	Chapter I
3	Chapter II
4	Chapter III
5	Chapter IV
6	Chapter V
7	Chapter VI
8	Chapter VII
9	Chapter VIII
10	Chapter IX
11	Chapter X
12	Chapter XI
13	Chapter XII
14	Chapter XIII
15	Chapter XIV
16	Chapter XV
17	Chapter XVI
18	Chapter XVII
19	Chapter XVIII
20	Chapter XIX
21	Chapter XX
22	Chapter XXI
23	Chapter XXII
24	Chapter XXIII
25	Chapter XXIV
26	Chapter XXV
27	Chapter XXVI
28	Chapter XXVII
29	Chapter XXVIII
30	Chapter XXIX
31	Chapter XXX

Introdução

O processo de industrialização brasileiro tem sido analisado em trabalhos sistemáticos, em que o rigor e o detalhamento não impedem a visão de conjunto e o esforço interpretativo. A agricultura, no entanto, vem sendo examinada, em seus aspectos parciais, sendo freqüente a preocupação excessiva com detalhes, ou, contrariamente, o abuso da abstração e o exagero das generalizações. Além disso, coexistem, neste campo, em regra, pacificamente, teses as mais discrepantes, o que se explica, preliminarmente, pela constatação de que os problemas e categorias preferidos de certos analistas são ignorados ou postos de lado por outros¹. Dando um passo adiante, diríamos que a dificuldade existente, até mesmo para pôr em confronto as muitas teses, decorre:

a) do inédito de nossa problemática agrícola, o que deixa desarmados todos os que procuram dar-lhe interpretações maiores — problema que não afeta aqueles que se concentram sobre aspectos particulares e que, com maior ou menor consciência, permanecem indiferentes ou repudiam as teses mais amplas;

b) do fato que a agricultura não impôs obstáculos à "moderna industrialização brasileira" — situada entre o início dos anos 30 aos primeiros anos da década de 60. Assim sendo, as críticas ao desempenho da agricultura ou são equivocadas ou não são críticas à agricultura e, sim, ao sistema eco-

nômico-social em que vivemos, em sua versão brasileira. Queremos dizer com isto que a agricultura não colocou problemas específicos ao longo de nosso processo de industrialização e que, portanto, a crítica do setor só pode ser feita "de fora" do processo histórico em questão — ou seja, adicionando objetivos que lhe são estranhos, como, por exemplo, ideais de justiça repartitiva.²

As páginas que se seguem procuraram fundamentar as afirmativas acima. Caso se mostrem válidas, caberia extrair-lhes as implicações; neste sentido, são feitas algumas reflexões na parte final do trabalho.

1. As posições em conflito

Deixando de lado os inúmeros aspectos e matizes assumidos pelas várias posições adotadas em face da agricultura brasileira, procuramos, a seguir, através de uma seleção de citações, reproduzir, sumariamente, alguns de seus traços básicos.

Primeiramente, serão feitas referências a autores que, independentemente de discordâncias em outros planos, aceitam, em comum, a existência de diferentes sistemas econômico-sociais no Brasil, devendo o universo agrícola ser entendido a partir desta perspectiva. Claro é que não apenas há distintas formulações desta tese, como vários graus de intensidade nesta visão dicotômica. Posteriormente, as atenções se voltam para aqueles que realçam os entraves que a agricultura teria impôsto ao desenvolvimento do País. Estes autores, independente de aceitarem ou não a existência de um sistema "semifeudal" ou algo semelhante na agricultura, se mostram basicamente interessados na análise de suas relações com o todo em transformação e, especialmente, em demonstrar que a agricultura não cumpre devidamente suas funções no processo de desenvolvimento. Aquêles que atribuem uma "natureza" ou "estágio" histórico distinto ao sistema de relações de trabalho, à estrutura de propriedade etc., imperantes na agricultura (anteriormente mencionados), no entanto, preocupam-se, centralmente, com a evolução da própria agricultura, tratando-a como

um sistema com problemas internos e próprios. Finalmente, chega-se à tese que vê na agricultura um setor flexível, capaz de atender aos requisitos do processo de desenvolvimento.

* * *

Começemos por citações extraídas da obra que, mais que qualquer outra, vê no Brasil a existência de marcante "dualidade" econômico-social. Trata-se do trabalho de Jacques Lambert, onde é dito: "Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis, como nos métodos de vida. Essas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase; não estão separadas por uma diferença de natureza, mas por diferenças de idade"... "enquanto perdura a velha estrutura feudal, a fazenda, fechada sobre si mesma, provê às suas necessidades..."³

É interessante observar que Lambert não extrai de sua versão extremada de dualismo conclusões pessimistas quanto ao funcionamento global do sistema. Reconhece mesmo, no conjunto integrado pelos "dois brasis", a operação de um mecanismo favorável à acumulação de capital:

A vantagem econômica da estrutura social dualista é poder pôr à disposição da parte desenvolvida ou em processo de desenvolvimento, imigrantes que não procedem do estrangeiro, mas que vegetam na sociedade arcaica, enquanto esperam, para poder passar para a sociedade progressista, que esta dêles necessite.⁴

Normano, realizando uma das primeiras abordagens do problema dos desequilíbrios regionais no Brasil, refere-se a uma "dualidade" essencialmente definida por indicadores como: diferenças de renda *per capita*, diferenças de densidade populacional, de disponibilidade de serviços de transporte e comunicações etc. Também aqui o relacionamento entre as duas partes do todo favorece a mais desenvolvida. Este autor atribui às zonas atrasadas o papel de mercado para as manufaturas das mais avançadas. Antecipando-se a certas posições contemporâ-

neas, fala mesmo na existência de um "imperialismo econômico-nacional interno".⁵

A seguir, podemos referir-nos à tese centrada sobre a existência (sobrevivência) de um sistema feudal na agricultura brasileira — em regra atenuada mediante o uso de expressões como relações de produção "pré-capitalistas", "resquícios feudais" etc. A mais aprofundada exposição desta tese coube a Alberto Passos Guimarães em sua obra *Quatro Séculos de Latifúndio*. Aí lemos: "Essas velhas relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas heranças do feudalismo colonial". E mais adiante:

X É também na etapa de aceleração em que nos achamos, quando a crise de decomposição se torna crônica, que, o sistema latifundiário entra em conflito com todas as demais forças econômicas em expansão na economia nacional e se transforma num grave obstáculo ao progresso de nossa sociedade.⁶

Esta visão, que se vincula estreitamente a uma dada concepção de reforma agrária, ganhou ampla difusão, tendo, aliás, recebido, em certa fase, o endosso e apoio de autoridades governamentais. Assim, lemos num trabalho publicado pelo Ministério da Agricultura em 1963: "São as medievais relações de produção imperantes em nossa economia agrária a principal razão de nosso atraso neste importantíssimo ramo de nossa economia"⁷. Nesta versão, a tese da coexistência de diferentes sistemas preocupa-se, fundamentalmente, com a melhoria das condições de vida do homem do campo e, no que se refere ao relacionamento da agricultura com os demais setores, realça o papel do "mercado potencial" representado pela agricultura. É assim defendida a "reforma agrária para transformar o nosso homem do campo em um comprador dos produtos de nossas indústrias" que, assim, teriam a "garantia de um amplo mercado interno, com a quebra dos grilhões semif feudais", que explicam a "ausência de poder aquisitivo de milhões de brasileiros".⁸ X

Alguns autores se empenharam em criticar duramente a tese da existência (ou sobrevivência) de um sistema feudal (ou algo equivalente) na agricultura brasileira⁹. Caio Prado Júnior, que procura refutar a pretensa natureza feudal da agricultura brasileira — em suas origens, como no presente — in-

teressa-se, fundamentalmente, em defender uma outra modalidade de reforma agrária, não chegando a examinar as relações da agricultura com o processo de desenvolvimento. Implicitamente, é claro, minimiza ou nega as disfunções que seriam acarretadas pela existência de relações de produção pré-capitalistas. Sua tese antifeudal está em boa medida contida na seguinte citação:

...faltou aqui a base em que assenta o sistema agrário feudal, e que essencial e fundamentalmente o constitui, a saber, uma economia camponesa tal como acima a conceituamos, e que vem a ser a exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada individualmente e tradicionalmente por camponeses, isto é, pequenos produtores. A grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constitui na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não parcelária, realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela.¹⁰

Ignacio Rangel tentou combinar as teses em conflito mediante a seguinte interpretação:

a agricultura brasileira não é um edifício homogeneamente arcaico. Por um lado, o latifúndio que surgiu da primitiva fazenda de escravos, embora caracterizado, a princípio, sob o ponto de vista interno, por relações de tipo nitidamente feudal, isto é, arcaico, para as presentes condições gerais da economia do País, teve sempre, e tem, cada vez mais, um lado moderno; visto como, em suas relações com o resto da economia, comporta-se como uma empresa comercial submetida às normas jurídicas correspondentes.

...a industrialização, dizíamos, permite incorporar à economia grandes quantidades de terra. Ora, este fato tende, paulatinamente, a converter o latifúndio semifeudal em mera pseudomorfose, porque o feudalismo, sob qualquer de suas formas, é incompatível com a terra livre.¹¹

X No referente às relações da agricultura com o resto do sistema, sustenta este autor que a "crise agrária" ou a "questão agrária" se revelam nas "anomalias concomitantes"... "da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano". Afirma, no entanto, que nossa estrutura agrária "se tem mostrado objetivamente capaz de mudança, para acomodar-se às novas circunstâncias criadas pela industrialização interna, não havendo indícios

de esgotamento dessa capacidade evolutiva", e mesmo que a ativação do "mercado de terras" promoveria a redução do preço dêste bem, o que, combinado com outras modificações nos mercados de mão-de-obra e bens agrícolas, facilitaria, novas acomodações da estrutura agrária.

Os autores, a seguir, arrolados, independentemente de se pronunciarem ou não acêrca do debate feudalismo *versus* capitalismo, têm uma opinião acentuadamente desfavorável a respeito do desempenho da agricultura no desenvolvimento brasileiro. Dentre êles há os que realçam predominantemente, a insuficiência do poder de compra do homem do campo:

O Brasil urbano do quilowatt, da indústria e das usinas não encontra mercado para seus produtos no velho Brasil da enxada... da rapadura e do carro de bois... Daí o dilema em que está o Brasil urbano contemporâneo. Erguer a economia rural, alargando o mercado interno, ou estacionar..."¹²

Outros, como Paulo Singer, estendem suas críticas a outros planos:

A presente estrutura agrária entra em conflito com o desenvolvimento econômico, pelo menos, em dois pontos cruciais: na deficiência de abastecimento alimentar das cidades pela agricultura e na insuficiência do mercado interno para produtos industriais, proporcionado pela agricultura".¹³

Celso Furtado, por sua vez, menciona, em certos trabalhos, a existência das relações "semifeudais", "pré-capitalistas"¹⁴ etc., mas, em regra, concentra sua análise sôbre a suposta incapacidade da agricultura brasileira de prover o sistema em expansão dos alimentos e matérias-primas de que necesita.

A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é, em grande parte, responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa neste País... A incapacidade da agricultura para responder a uma procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui uma verdadeira mordaga ao desenvolvimento industrial.¹⁵

A agricultura brasileira não estava preparada, entre tanto, para responder a êste grande desafio... Duas conseqüências práticas decorrem dêste fato. A primeira é que a oferta de produtos agrícolas tem sido crônicamente insuficiente nas zonas urbanas...

A segunda consequência prática da falta de resposta adequada do setor agrário ao grande estímulo do aumento da procura urbana tem sido o prêmio auferido por todos os grupos parasitários ligados à economia agrícola.¹⁶

A mesma inadequação da estrutura agrária e a necessidade de uma reforma agrária corretiva são apontadas por Werner Baer:

A elevação dos preços relativos dos produtos agrícolas, no entanto, não é apenas devida à falta de Capital Social Básico; é também o resultado de ineficiência na produção agrícola... A estrutura de propriedades nas tradicionais áreas próximas às cidades não se transformou de modo a absorver as práticas da agricultura moderna... O surto industrial serviu, no entanto, para chamar atenção sobre o atraso do setor agrícola, dado que a continuidade do crescimento industrial dependerá, em grande medida, de uma reforma agrária.¹⁷

As idéias de Furtado, além de amplamente divulgadas e aceitas, orientara o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento, no qual se faz incisivo ataque à estrutura agrária do País "que se constitui no mais sério obstáculo à exploração racional da terra, em bases capitalistas e do permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola, que viriam em prestar à produção a flexibilidade reclamada pelo processo de desenvolvimento da economia nacional e pelo rápido crescimento da população".¹⁸

É interessante observar que Furtado, e, seguindo-o, Baer, dá grande realce à drenagem de recursos de toda ordem de que foram vítimas as regiões mais atrasadas (predominantemente agrícolas) e que vieram a favorecer o centro-sul do País. Não vêem contudo, neste processo, uma múltipla transferência de recursos da agricultura para a indústria.¹⁹

André Gunder Frank, por sua vez, nega que a agricultura entrave o desenvolvimento e ataca, violentamente, as posições anteriormente apresentadas, inclusive a de Furtado. Reproduz, no entanto, a análise desenvolvida por Furtado para explicar as disparidades regionais e, através dela, procura mostrar que o subdesenvolvimento e a miséria, pretensamente explicados pela sobrevivência de instituições feudais etc., devem ser entendidos como resultado de mecanismos de espolia-

ção, pelos quais a metrópole paulista apropria-se de recursos de tãda ordem de seus satélites interiores.

O subdesenvolvimento do Brasil é tanto o produto da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista quanto o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste é determinado pelo capitalismo tanto quanto o desenvolvimento de São Paulo. Efetivamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento, cada um, causa e é causado pelo outro, no desenvolvimento do capitalismo como um todo. Portanto, chamar apenas as suas partes desenvolvidas de "capitalistas" e atribuir o subdesenvolvimento ao "feudalismo" é não somente uma confusão séria, mas se prende a uma grave incompreensão da natureza real do capitalismo, o que leva aos erros mais sérios de política²⁰. Há paulistas que dizem que São Paulo é a locomotiva que puxa os 21 carros (os vinte e um Estados); mas eles não dizem que estes é que fornecem o combustível... Esta transferência de capital ou apropriação/expropriação de excedente econômico pode ser estudada segundo a seguinte classificação: a) termos de intercâmbio interno que se deterioram contra os satélites... b) transferência de divisas pelos satélites... c) estrutura de preços das importações controlada pelo poder federal que subsidia as importações para a metrópole nacional em relação às importações dos satélites... d) transferência de capital humano pelos satélites... e) serviços que correspondem a transferências "invisíveis" de capital pelo satélite doméstico... Estes aspectos da estrutura metrópole-satélite no plano interno são análogos aos verificados no plano internacional.²¹

O uso por Frank dos argumentos de Furtado para explicar a miséria do mundo rural provocada, segundo Frank, não pelo feudalismo mas pelo próprio capitalismo torna-se, aliás, evidente, num confronto de sua análise quer como o já referido relatório de Furtado, quer com a sintética apresentação do "Problema Nordestino", por este último autor: "Em sua essência, o problema do Nordeste é idêntico ao dos países subdesenvolvidos em face das nações altamente industrializadas no mundo atual."²²

✕ Há outras variantes da tese que, encarando o setor agrícola como retardatário, retrógrado etc., afirma que ele entrava o processo de desenvolvimento brasileiro. Dentre elas destaca-se pela freqüência com que é reproduzida, aquela que atribui o atraso do setor agrícola a medidas (ou falta de medidas) de política econômica. O PAEG, em seu capítulo dedica-

do à agricultura, pode ser tomado como um documento representativo desta posição:

A agricultura constitui um setor retardatário, e a insuficiência de seu crescimento tem produzido contínuas crises de abastecimento. Tais crises são a consequência de uma política de desenvolvimento que não cuidou do setor agrícola... O sistema de incentivos criados para acelerar a industrialização não teve a acompanhá-lo decisões de política agrícola que limitassem o desnível das taxas setoriais de expansão a uma amplitude compatível com o crescimento harmônico da economia como um todo... A produção agrícola cresceu mais por força de um permanente deslocamento de novas práticas de exploração em áreas tradicionalmente cultivadas.²³

O problema central continua sendo a incapacidade da agricultura para gerar um excedente adequado, globalmente, e por classes de produtos, às solicitações dos demais setores — a diferença maior para o Plano Trienal anteriormente referido, reside na reduzida alusão à estrutura de propriedade como um elemento determinante da presumida rigidez.

A mesma atitude, especialmente no que se refere à "falta de amparo" das autoridades públicas ao setor, é exposta, por exemplo, em *25 anos de Economia Brasileira*:

No caso brasileiro, contudo, o sistema de incentivos, criado para acelerar a industrialização, não teve a acompanhá-lo decisões de política agrícola, que limitassem o desnível das taxas setoriais de expansão, a uma amplitude compatível com o crescimento harmonioso da economia como um todo²⁴ e em vários artigos.²⁵

Por fim, há de ter em conta os autores que não vêem, em absoluto, na agricultura, um obstáculo ao desenvolvimento do País. Destacam-se, nesta linha de pensamento, Delfim Netto e Ruy Miller Paiva. Diz Delfim:

Como se procurará mostrar, ao longo do presente trabalho, a agricultura brasileira ou, pelo menos, parte considerável dela, vem crescendo e diversificando-se, exatamente na medida requerida por nosso desenvolvimento global.²⁶

Quanto a Ruy Miller Paiva, seus trabalhos denotam uma evolução que decorre, basicamente, da ampliação do quadro de referências. De início, limitando sua análise aos pro

blemas específicos da agricultura, procurava realçar certos problemas com que se confrontava o desenvolvimento deste setor²⁷. Posteriormente, ao estudar as relações entre a agricultura e os demais setores da economia brasileira, incorpora novas preocupações, buscando refutar a tese de que a agricultura havia se tornado o setor retrógrado da economia²⁸. Tentando, a seguir, um reexame dos "elementos tradicionalmente apontados como responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura" introduz um novo elemento que "não tem sido considerado por estudiosos do assunto"... "a limitação do mercado consumidor dos produtos agrícolas"²⁹. A importância da introdução deste elemento na análise da evolução da agricultura será mais adiante realçada. Ao adicionar este elemento, Ruy fugindo à quase totalidade das análises até então desenvolvidas, indaga-se sobre as limitações impostas pela indústria e demais setores não-agrícolas ao desenvolvimento da agricultura.³⁰

Concluindo esta etapa do trabalho, acrescentaríamos que muitas das posições aqui mencionadas contam com a cobertura de teses mais amplas, de circulação internacional, referentes à etapa de transição de feudalismo para o capitalismo, aos problemas estruturais do mundo subdesenvolvido etc. A similitude de análises de maior generalidade e mais sérias pretensões teóricas têm sido usadas tanto para prestigiar concepções, quanto para atacá-las, através da denúncia de "falsas analogias", "transposições mecânicas" etc., a partir de outros contextos. A reprodução, em escala internacional, de boa parte das controvérsias existentes entre nós deve, aliás, ser tomada como uma advertência quanto às enormes dificuldades encontradas no terreno. Georgescu Roegen, impressionado com o pouco conhecimento e a muita discordância existente neste campo, inicia um artigo dizendo que, não obstante grande parte da humanidade se componha, ainda hoje, de camponeses que, em sua grande maioria, vivem próximos ou em plena miséria, "a economia agrária constitui até hoje uma realidade sem teoria".³¹

2. As funções da agricultura no processo de desenvolvi- mento brasileiro

Dedicaremos esta parte do estudo, fundamentalmente, a uma indagação: vem a agricultura cumprindo suas funções no processo de desenvolvimento econômico brasileiro? O exame desta questão supõe o conhecimento das referidas funções; assim sendo, lançaremos mão de um esquema que pretende reunir as funções genêricamente atribuídas à agricultura no desenvolvimento das nações. À medida que aplicarmos ao caso brasileiro o referido esquema, a originalidade de nossa experiência irá exigindo adaptações, redefinindo funções, etc., de modo a superar a rigidez e qualificar a pretensa universalidade de seu enunciado inicial. De fato, a exposição deixará claro que as referidas funções só podem ser precisadas, hierarquizadas e ordenadas no tempo, em dependência da experiência histórica considerada.

Uma grave limitação do procedimento aqui proposto é a de, implicitamente, atribuir à agricultura um papel eminentemente "passivo" no desenvolvimento. A este setor caberia desincumbir-se, bem ou mal, de suas funções — não se indaga em que medida êle mesmo influi na determinação de aspectos fundamentais do sistema econômico. Fica a advertência e, como veremos no tópico final, o esquema é válido, ao que parece, para os limitados fins com que é aqui utilizado.

As atribuições da agricultura no processo de desenvolvimento econômico serão aqui distribuídas em vários planos:

- a) geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas
- b) liberação de mão-de-obra
- c) criação de mercado
- d) transferência de capitais.

Estas funções foram, recentemente, realçadas por autores que, reagindo contra o "industrialismo" muito em voga no imediato pós-guerra, procuraram reafirmar a importância da agricultura e a necessidade de uma concentração da políti-

ca econômica sôbre as insuficiências dêste setor nos países subdesenvolvidos³². Como já foi sugerido, a historização do esquema permite o tratamento das mais variadas experiências. Permite também, como se depreende do texto a seguir, que as teses referidas no tópicó anterior sejam confrontadas com a realidade.³³

GERAÇÃO DE UM CRESCENTE EXCEDENTE DE ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

A geração de um excedente de alimentos e matérias-primas constitui, na realidade, pré-condição mínima para a ocorrência do desenvolvimento econômico, ou seja, somente quando a população, trabalhando na agricultura, consegue produzir além de suas necessidades, torna-se possível a uma comunidade (com seus próprios recursos) iniciar um processo de diferenciação de atividades e promover o surgimento da vida urbana.

A diferenciação das funções dá início à divisão social do trabalho, acarretando a intensificação das trocas. A primeira "macrodivisão" do trabalho se dá, em regra, entre o campo e a cidade e é justamente condição de seu desenvolvimento a disponibilidade de um crescente excedente gerado na agricultura.

Modernamente, com a generalizada aceleração das taxas de crescimento demográfico³⁴, a expansão da produção agrícola (e/ou das importações) passou a ser um dos maiores problemas ao longo do processo de desenvolvimento. Tornada um condicionamento da maior importância e enfrentando, em muitos casos, a rigidez técnico-institucional típica da agricultura tradicional, a geração de um crescente excedente exigiu, por vezes, profundas transformações históricas.

Arthur Young, preocupado com o problema do abastecimento urbano-industrial e buscando justificar o movimento de "fechamento" dos campos (responsável por graves problemas sociais na Inglaterra) indagava:

De que utilidade seria, em um Estado moderno, a existência de uma província cujo solo inteiro fôsse cultivado da mesma forma que na antiga Roma, por camponeses proprietários?... Para que serviria isto senão para produzir homens?³⁵

Efetivamente, até as primeiras décadas do século XIX as nações eram obrigadas a vencer a inércia típica do mundo agrário, como pré-condição para dispor de um excedente de alimentos e matérias-primas que permitisse o desenvolvimento urbano-industrial³⁶. Posteriormente, com a ativação do comércio internacional de víveres e matérias-primas, a obtenção de um crescente excedente agrícola deixa de ser um condicionamento tão rígido do desenvolvimento das demais atividades.

O surgimento de uma "economia internacional" no século XIX pode ser entendida como uma tentativa de transferência, para o plano mundial, da divisão do trabalho que tivera início entre o campo e a cidade. Com efeito, a ativação do comércio externo iria criar situações novas, especialmente com relação à divisão do trabalho. Surgiriam autênticas regiões ou nações "celeiros", nas quais a existência de amplo excedente não implicava no desenvolvimento de atividades manufatureiras. Em outras palavras, a geração de um vultoso excedente se antecipava ao surgimento e expansão da indústria. Estas áreas passavam, pois, a contar com a decisiva vantagem de não ter que pressionar a agricultura para a obtenção de um amplo volume de alimentos e matérias-primas, uma vez deflagrado o processo de industrialização.³⁷

Nos países ou regiões que viriam a se especializar na produção e exportação de fibras, bebidas tropicais, etc., também se delinearía uma situação inédita. Neste caso, desenvolver-se-ia uma divisão interna do trabalho social que tampouco se acompanhava de importante crescimento urbano-industrial. Estruturas econômico-sociais mais complexas, estas nações deveriam apresentar, além do setor exportador, uma agricultura de subsistência e, naturalmente, atividades de natureza urbana³⁸. A divisão do trabalho aí existente não chegava, por vezes, a se explicitar: realizava-se ao nível da unidade rural, onde os trabalhadores eram levados a dividir seu tempo entre as lavouras de exportação e de subsistência. A evolução

acarretaria, no entanto, uma regionalização de atividades, caracterizando-se, então, uma divisão mais explícita do trabalho no plano nacional³⁹. Em qualquer caso, com maior ou menor individualização regional, ao "setor" produtor de alimentos cabia a geração de um considerável excedente utilizado no sustento do trabalho dedicado à grande lavoura de exportação. A partir de tais condições, um movimento intensivo de industrialização, supondo uma ampliação do excedente destinado para os centros urbanos, exigiria uma progressiva conversão do emprego de homens, terras, instalações, meios de transportes, etc., para o mercado interno e não uma mera reorientação em favor do mercado interno do excedente alimentar anteriormente orientado para fora como na Rússia, Argentina, etc. Neste caso também, a industrialização-urbanização não é concomitante com o surgimento do excedente e pode, mesmo, ser indefinidamente adiada, não obstante a crescente capacidade da agricultura de alimentos de nutrir homens dedicados a outras atividades. Mais que a geração e expansão de um excedente agrícola, a industrialização-urbanização exige, pois um remanejamento de fatores.

As considerações precedentes procuram deixar claro que as economias exportadoras de alimentos e bebidas tropicais, matérias-primas agrícolas, etc. tendem, desde cedo, a desenvolver uma agricultura de mercado interno, capaz de engendrar um volumoso excedente⁴⁰. Diante de uma violenta e continuada crise do comércio externo, que dê margem a uma aceleração do crescimento urbano-industrial, estas economias encontram-se, em princípio, duplamente habilitadas para lançar, nos centros urbanos, um crescente volume de alimentos e fibras: a agricultura voltada para o setor exportador tentará compensar a inevitável compressão da demanda dali proveniente⁴¹; o próprio setor exportador procurará reorientar o uso dos fatores de que dispõe, em função das novas oportunidades com que se depare. As necessidades primárias do surto urbano-industrial vêm pois, antes aliviar que pressionar o universo agrícola.⁴²

Não deve, pois, surpreender que estas economias (desde que não esbarrem com problemas de ordem geográfica, reduzida

fertilidade de solos, etc.) logrem expandir, com rapidez, sua produção de alimentos e matérias-primas.⁴³

A reconversão da agricultura de exportação para o atendimento do mercado interno, posta em relêvo nas considerações anteriores, foi, no Brasil, parcialmente interrompida pela reabertura do comércio internacional no pós-guerra. O café, principalmente, desde os últimos anos da década dos 40 e até meados dos anos 50, gozaria de excepcionais cotações no mercado mundial. Os estímulos daí provenientes provocaram uma espetacular expansão que determinaria o ressurgimento da superprodução crônica. Tal retomada das atividades exportadoras deveria provocar, em princípio, uma séria disputa por fatores (homens, terras e capital) e produtos (alimentos, fibras, etc.) entre o setor exportador e as atividades voltadas para o mercado interno. Isto poderia, naturalmente, acarretar dificuldades para o prosseguimento do movimento de industrialização-urbanização em curso no País. Vários fatores impediram, contudo, o surgimento de uma situação de escassez ou insuficiência não apenas de fatores produtivos, como de oferta agrícola.

No que se refere a trabalhadores, não obstante as novas terras ocupadas pelo café os absorvessem em grandes quantidades, o prosseguimento da crise em outras áreas (que não conseguiam afirmar-se, quer como exportadoras, quer como supridoras do mercado interno), garantia um permanente êxodo em direção ao pólo industrial.⁴⁴

Quanto à ocupação de terras, as exigências da cultura cafeeira (mais conhecidas e atendidas no pós-guerra) determinaram o não aproveitamento de considerável proporção de solos, mesmo nas áreas onde avançava a lavoura.⁴⁵

No que toca ao capital, a não mecanização do café, a reduzida utilização de adubos, etc., impediram que este setor, tornado altamente dinâmico, viesse a competir seriamente com a indústria, especialmente na utilização de divisas, o mais escasso elemento no nosso processo de industrialização. Cabe, mesmo, registrar que a política cambial dos anos 50 implicou em vultosa transferência (implícita) de capital da agricultura para a indústria.

A disputa pelo excedente de alimentos, finalmente, não se torna um grave problema, antes de mais nada, porque a combinação de plantios intercalados nos cafêzais e a já referida seletividade da cultura (que deixa bons solos disponíveis para outros usos) permitiram, desde cedo, a auto-suficiência e, a seguir, a exportação de alimentos pelas novas zonas cafeeiras. Paralelamente, o prosseguimento da conversão para novas atividades de áreas, outrora dedicadas ao café, e a incorporação mediante a pecuária e outras atividades (arroz, milho, etc.) de terras em outras regiões, garantiriam o crescimento da produção para mercado interno.

Relacionados vários fatores como a "propensão" ao crescimento da produção agrícola para mercado interno (uma vez bloqueadas as exportações...), a disponibilidade ilimitada de novas terras de alta fertilidade no período sob exame e o elevado ritmo de expansão demográfica (nutrindo a fronteira móvel com um abundante fluxo migratório), contamos com elementos básicos para a explicação do elevado ritmo de crescimento da agricultura brasileira, no período correspondente à moderna industrialização.⁴⁶

Excluído o período dos anos 30, em que o setor se ressentia fortemente da crise externa⁴⁷, que direta ou indiretamente o atinge, o ritmo de expansão do produto agrícola pode ser considerado muito elevado — mantendo-se, certamente, acima do crescimento demográfico.

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA, DA INDÚSTRIA E DO PBI⁴⁸

	Agricultura	Indústria	PBI
1930-39	2,2	5,6	3,5
1940-46	4,8	6,9	5,6
1947-61	4,6	9,6	6,1

Vejamos como o ritmo de crescimento aí registrado

se compara internacionalmente.

Antes de mais nada, quando em confronto com as experiências européia, norte-americana e japonesa, os resultados obtidos no Brasil parecem altamente favoráveis⁴⁹. Isto faz lembrar, contudo, que as taxas de expansão demográfica verificadas atualmente no mundo subdesenvolvido exigem (e, por outro lado, possivelmente permitem) ritmos de crescimento muito mais acentuados para a produção alimentar. Efetivamente, o dinamismo demográfico apresentado por certos países na atualidade, combinado com uma modesta taxa de crescimento de renda *per capita*, pode se traduzir numa demanda de alimentos que cresce a mais de 3% ao ano⁵⁰. Se nos voltarmos, contudo, para o crescimento da produção agropecuária verificado na atualidade em regiões e países sujeitos a elevadas taxas de crescimento demográfico, veremos que os dados brasileiros continuam a comparar-se favoravelmente. No que toca à América Latina, a produção agropecuária "cresceu entre o pré-guerra e o triênio 1958-60... a uma taxa de 2,6%"⁵¹. A mesma fonte afirma a seguir: "Apesar deste aumento ter sido considerável em termos globais e maior que nas demais regiões do mundo, foi insuficiente para elevar, de forma significativa, os níveis de produção por habitante, devido ao extraordinário crescimento demográfico das últimas décadas."

Não obstante tais resultados, quando em confronto com a indústria, a agricultura brasileira apresenta-se como setor "retardatário", cabendo-lhe taxas de crescimento no período 1940-60 próximas à metade das atingidas pelo setor secundário. Não faz, porém, sentido comparar os ritmos de crescimento de diferentes setores, sem levar em conta o ritmo a que cresceram os respectivos mercados — o que se depreende claramente da análise a seguir.

O estudo do crescimento das necessidades de alimentos deve ter início pela aceitação que a acelerada expansão populacional impõe um limite mínimo bastante elevado para que se logre meramente sustentar o consumo *per capita* de alimentos. Poderia ser ainda lembrado que, em meio a tal dinamismo demográfico, verificou-se intenso processo de urbaniza

ção que, encobrendo vigoroso movimento de êxodo rural, incrementava o volume de excedente a ser extraído dos meios rurais⁵². O maior nível de renda *per capita* das cidades não implica, porém, necessariamente em que o movimento de urbanização acarrete um aumento do consumo total de alimentos no país. Isto porque, dada a saturação do mercado urbano de trabalho nos estratos menos qualificados, os imigrantes do campo estão condenados, por um período não desprezível, a permanecer desempregados, subempregados e/ou a aceitar padrões de remuneração que implicam, possivelmente, na redução do seu consumo de alimentos. Ainda assim terá havido, no entanto, um aumento da *demand*a (em mercado) de alimentos, dado o desaparecimento (ou substancial redução) dos cultivos familiares dos emigrados.⁵³

As considerações de natureza demográfica e relativas ao processo de urbanização, devem ser somadas outras mais tipicamente econômicas. Assim, haveria que ter em conta o coeficiente de elasticidade-renda da demanda, para determinar a proporção com que o aumento de renda *per capita* atingiria o mercado de produtos agrícolas. Sabe-se que, nas comunidades mais pobres, este coeficiente ultrapassa 0,75%, caso em que, possivelmente, opera algo semelhante ao mecanismo malthusiano, tornando-se muito difícil e lenta a elevação da renda *per capita*.⁵⁴ Este não seria, contudo, o caso brasileiro (mesmo ao iniciar-se a moderna industrialização), fundamentalmente por duas razões. O grau já atingido pela divisão do trabalho, a elevada produtividade da mais importante cultura, o café, e outros indicadores sugerem que a renda *per capita* do País, como um todo, encontrava-se já acima daquela com que ainda hoje contam várias regiões e países⁵⁵. Mas há, no caso em questão, um motivo a mais para que não tenda a ser particularmente elevada a propensão (marginal) a consumir alimentos. Ele se evidencia, se introduzirmos, na análise, considerações relativas à distribuição da renda na economia em crescimento. É bem sabido que a elasticidade-renda da demanda seria, de qualquer forma, próxima à unidade, nos estratos mais pobres da população, onde são evidentes sintomas de fome específica (de proteínas animais, etc.) e até mesmo, em certos casos, de insuficiência

puramente quantitativa de alimentos (fome absoluta). Ora, não obstante grande parte de nossa população se encontre nestas faixas de renda, a parcela por elas apropriada da renda em expansão é notadamente reduzida. Em decorrência disto, a elasticidade-renda da demanda, para o País, como um todo, é predominantemente afetada pela estrutura de gastos dos estratos de médias e altas rendas. Em outras palavras, sendo nossos padrões distributivos caracterizados pela existência de marcadas disparidades, fenômeno que veio (provavelmente) a acentuar-se⁵⁶ ao longo da industrialização, a elasticidade-renda, para o País, como um todo, sofre forte influência da estrutura de gastos típica dos estratos mais favorecidos. Finalmente, poderíamos agregar um fator, de importância possivelmente secundária, na explicação do ritmo relativamente lento de ampliação da demanda de produtos agrícolas: a renda disponível (aquela que efetivamente se traduz em aquisições por parte de consumidores) cresceu bem menos que a renda total no período correspondente à moderna industrialização. Isto porque elevou-se sensivelmente, nesta etapa, a apropriação de rendimentos pelo Estado⁵⁷. Enfim, não obstante a acentuada pobreza de grande parcela da população, a propensão a consumir produtos de origem agrícola é estimada presentemente em apenas 0,55.⁵⁸

Ao avaliarmos o atendimento pela agricultura da procura por seus produtos, deveríamos ter em conta, isoladamente, o importante setor exportador. Este setor, ao invés de condicionado pelo aumento da população e da renda *per capita*, tem seu crescimento submetido, por definição, às condições do mercado externo. Ora, é bem sabido que as exportações de produtos primários pouco cresceram ao longo do período correspondente à moderna industrialização⁵⁹. Há que fazer, aqui, um parênteses, para atender a possíveis objeções: é bem verdade que o reduzido crescimento das exportações pode ser tomado como uma consequência da ineficiência da própria agricultura. Tal possibilidade deve, contudo, ser afastada preliminarmente pelo fato de que o mercado mundial de produtos primários mostrou-se quase estagnado, ao longo do período em causa (excluído o petróleo, de 1928 a 55, tal mercado cresceu de apenas 18,5%)⁶⁰. Ainda assim, haveria, no entanto, o argumento de que,

... como produtores "marginais", em vários mercados, poderíamos ter avançado, embora não crescesse o total da demanda externa. Isto, porém, implicaria na necessidade de concentrar investimentos, pesquisas, etc., no setor agrícola⁶¹ — onde a abundância de mão-de-obra e a disponibilidade de terras permitem o atendimento da demanda interna sem maiores inversões — justamente quando se mostravam excepcionais as condições para o lançamento de um efetivo processo de industrialização. Em outras palavras, isto exigiria, praticamente, a opção por um outro modelo de crescimento que — de qualquer maneira — teria contra si não apenas a inércia global do mercado externo, como sua notada instabilidade no período em questão. Como, finalmente, a tecnificação da agricultura exigiria que se dispusesse de grandes quantidades de insumos, implementos, máquinas, etc. a baixo custo (o que, num período de severas restrições da capacidade de importar, exigiria grandes avanços no campo industrial), convém realmente deixar de lado a hipótese. Assim sendo, é lícito concluir que o importante setor voltado para exportação encontrava-se, de fato, praticamente bloqueado no período⁶². Isto significa, em última análise, que um importante subsetor da agricultura deveria operar como um freio na expansão do produto total — o que constitui uma limitação a mais a conter o crescimento agrícola, ao longo do período de moderna industrialização.

Se nos voltássemos agora para a indústria, veríamos que, a favor de seu elevado ritmo de expansão, operavam fatores que não contribuíam, na mesma medida, para o crescimento da produção agrícola. Dentre eles, destaquemos, sem analisá-los: a indústria não necessitava da criação de mercado para crescer, na medida em que, parcialmente, ocupava o espaço deixado pelas importações⁶³; o Estado incumbiu-se de, direta e indiretamente, integrar-se ao processo de industrialização, acelerando, indubitavelmente, o avanço do parque industrial (na agricultura, a maior contribuição do Estado deve ter sido a de impedir o colapso do setor exportador durante os anos 30, posteriormente, como se verá adiante, dela extraiu amplos recursos destinados à industrialização); enfim, os produtos de natureza industrial contavam com um coeficiente de elasticidade-ren

da de demanda marcadamente superior à unidade.

À luz das considerações anteriores, não é difícil admitir que, mesmo crescendo a um ritmo aproximadamente igual à metade do ritmo de acréscimo da indústria, pudesse a agricultura atender à procura de alimentos e matérias-primas.

Delfim Netto, projetando a demanda de produtos alimentares e confrontando estas projeções com o crescimento da respectiva oferta, conclui que: "Não existem razões... para que a procura dos alimentos aqui considerados tenha crescido mais rapidamente que sua oferta"⁶⁴. A par do teste fundamentado no confronto de projeções de demanda com o crescimento da oferta, poderíamos lançar mão do clássico teste que consiste em examinar a evolução dos preços relativos dos produtos agrícolas e não agrícolas. Se, de fato, a oferta de alimentos não atendesse à demanda em expansão, os preços dos gêneros se elevariam em comparação aos demais preços. Também aqui, Delfim e Ruy⁶⁵ parecem reunir provas de que não é possível provar a ocorrência de uma deterioração das relações de troca contra a indústria.

Remetendo o leitor aos trabalhos destes dois autores, para uma refutação quantificada e detalhada da hipótese da deterioração das relações de troca contra os produtos industriais, concluiremos lembrando que o próprio comportamento do setor externo reflete a insuficiência da oferta agrícola. Com efeito, não obstante o notável crescimento demográfico e a expansão da renda *per capita*, não fomos obrigados a ampliar nossas importações de produtos agrícolas (problema de primeira grandeza, por exemplo, no processo de industrialização da Índia), nem tampouco foi o País levado a comprimir suas exportações de produtos agrícolas, dada a necessidade de dedicar um volume rapidamente crescente de fatores e recursos à produção para consumo interno (problema com que se defrontam países como a Argentina e o Uruguai).

Caberia estender um pouco mais a presente análise, de forma a ter em conta, especificamente, a evolução da demanda de matérias-primas agrícolas. Observa-se, neste plano, uma grande diferença entre as experiências contemporâneas e as experiências "clássicas" de industrialização. Nascida no seio das

atividades rurais, a indústria foi, no passado, um "segundo andar", destinado à elaboração dos produtos provenientes da agropecuária. Ora, nossa indústria pouco se deteve nesta fase, e aquilo a que denominamos "industrialização moderna" caracterizou-se pela erupção, avanço e consolidação de setores industriais quase ou mesmo inteiramente desvinculados (em termos de demanda de matérias-primas) da agricultura. Com efeito, o relacionamento das indústrias de material de transporte, material elétrico, de comunicações e química, cujo avanço espetacular, especialmente na década dos 50, as levaria a ocupar, em poucos anos, posição de grande destaque no parque industrial brasileiro⁶⁶, faz-se fundamentalmente, com outros ramos: siderurgia, mecânica, etc. e, em última análise, com a extração mineral. Outrora, sendo a indústria profundamente dominada pelos ramos hoje ditos "tradicionais", sua evolução supunha um avanço *pari passu* da agricultura na sua função de fonte, por excelência, de matérias-primas. Por outro lado, como se sabe, a evolução tecnológica, tanto no campo das indústrias ditas dinâmicas, quanto nas áreas mais "vegetativas" do aparelho industrial, levou a uma marcada redução do emprêgo de mão-de-obra por unidade de valor gerado — o que reduz (em termos proporcionais) as encomendas de alimentos implicados pela operação do parque industrial. A importância acentuadamente menor dos suprimentos de matérias-primas e alimentos teria por resultado uma atenuação das preocupações ricardianas relativas à dependência da atividade manufatureira para com os custos e o ritmo de expansão da agricultura. De fato, quando a indústria era essencialmente processadora de matérias-primas agrícolas e altamente empregadora de mão-de-obra, qualquer elevação dos custos dos produtos agrícolas atingia pesadamente suas possibilidades. Uma elevação do preço dos alimentos, por exemplo, exigindo uma elevação (nominal) dos salários, tenderia a deter a expansão e mesmo a colocar em perigo as posições conquistadas pela indústria. No nosso caso, uma elevação dos preços dos gêneros de subsistência tem, necessariamente, menor impacto sobre a indústria — é suficiente ter em conta a reduzida participação (e permanente declínio) dos salários no valor da transformação industrial⁶⁷. Além do mais,

a indústria no Brasil não se afirmou mediante competição, quer com um forte artesanato preexistente, quer com manufaturas de procedência externa (o que diminui, genêricamente, a importância dos custos no avanço industrial).

LIBERAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

A obtenção de um excedente nas atividades agrícolas permite o desvio de mão-de-obra para outras atividades. A contínua retirada de homens do campo foi sempre tida como uma das condições fundamentais do processo de desenvolvimento, desde que fornecia às atividades urbanas a mão-de-obra de que necessitavam para expandir-se.⁶⁸

A saída de homens do campo em direção à cidade, mostrou-se especialmente importante nos casos em que tal movimento, redundando no barateamento dos salários, aumentava a competitividade das "casas de trabalho" e das primeiras fábricas localizadas nos centros urbanos. Convém lembrar que a ampla disponibilidade de mão-de-obra prestava-se, em muitos casos, para enfraquecer o controle das corporações sobre o mercado de trabalho e, com isto, debilitava seriamente um dos pilares do sistema corporativo-artesanal.

Quando ainda eram desconhecidas as taxas de crescimento demográfico típicas da atualidade, a ampliação do contingente urbano-fabril de trabalhadores supunha a elevação da produtividade do trabalho no campo. Assim, o êxodo rural (não obstante acompanhado da pauperização de camponeses) refletia o progresso das técnicas agrícolas, o qual permitia ao trabalhador rural sustentar, em média, um maior número de habitantes distantes do trabalho agrícola. A aceleração demográfica iria, progressivamente, alterar este quadro: um rápido crescimento demográfico, mantida constante a produtividade da mão-de-obra na agricultura, implica num *volume* crescente de mão-de-obra disponível para outras atividades. Assim, uma das implicações estruturais mais sérias da aceleração demográfica seria a *possibilidade* de um rápido crescimento urbano-industrial, sem que isto, necessariamente, se reflita na estrutura ocupacional. Se tivermos, pois, em conta (para que nos aproximemos do

caso brasileiro), a hipótese de um crescimento basicamente extensivo da agricultura, vemos que não são requeridas, nem a mudança da estrutura de emprego, nem a elevação da produtividade da agricultura. Para que tão atípica situação histórica se efetive, é, contudo, indispensável que a indústria possa crescer e consolidar-se, sem contar com o mercado engendrado pela agricultura. Esta última condição será objeto de análise mais adiante. Desde agora fica, no entanto, caracterizado que (abstraida a questão do mercado) a aceleração demográfica, combinada com uma oferta elástica de terras, permite um gênero de desenvolvimento profundamente desequilibrado, em que o crescimento e diversificação do complexo de atividades urbanas in depende da elevação da produtividade (tanto para a liberação de mão-de-obra, quanto para a ampliação do excedente) nos meios rurais⁶⁹. Não é preciso acentuar que, se um acelerado ritmo de crescimento demográfico determina um amplo crescimento da oferta de trabalho, sem que propriamente se verifique "liberação" de trabalhadores em qualquer setor, por outro lado, a evolução tecnológica passou a permitir verdadeiros saltos na produção industrial, com reduzido ou nenhum crescimento da força operária empregada (a indústria no século XIX avançava, no entanto, *pari passu* com a disponibilidade de mão-de-obra).

É por todos conhecido o fato de que, pelo menos desde a Grande Depressão dos anos 30, verifica-se, no Brasil, um intenso movimento migratório campo-cidade. A população presente na agricultura continuou, no entanto, a crescer num ritmo muito elevado, em termos histórico-comparativos. Na realidade, crescendo a cerca de 1,5% ao ano, no período 1940-60, a população economicamente ativa compreendida na agricultura se ampliou, em termos *absolutos*, muito mais que a população empregada pelo secundário.⁷⁰

A discrepância entre nosso estilo de industrialização e o verificado na Grã-Bretanha torna-se, a este respeito, acentuadíssima. A revolução agrária que precedeu a revolução industrial na Inglaterra determinou um autêntico despovoamento de certas zonas rurais⁷¹. Nossa experiência reproduz contudo, traços do ocorrido nos Estados Unidos, onde a combinação

de uma alta taxa de expansão demográfica com o avanço da fronteira agrícola (não obstante as melhorias de produtividade e o êxodo rural, a partir de certas áreas) resultou na ampliação da população empregada na agricultura em pleno processo de industrialização.⁷²

Nos casos em que a população rural continua a crescer ao longo da industrialização, delinea-se um problema de grande magnitude: a redistribuição da população economicamente ativa, em favor das atividades urbanas, deverá se realizar depois que as indústrias mais absorvedoras de mão-de-obra tenham sido implantadas e consolidadas (conseqüentemente, não apenas se encontra em desaceleração a procura de mão-de-obra pela indústria, como os setores estarão modificando sua demanda em favor dos estratos mais qualificados de trabalhadores; além do mais, deverá ser absorvida uma população agrícola mais numerosa).

No Brasil, não obstante a elevação ocorrida no volume da mão-de-obra ocupada pela agricultura, o êxodo rural, combinando-se com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender à demanda de mão-de-obra das atividades urbanas. A incapacidade de assimilação da totalidade da mão-de-obra proveniente do campo, agravando-se à medida que avançava o processo de industrialização, introduziu um crônico desequilíbrio no mercado de trabalho. Tal desequilíbrio, traduzindo-se na sustentação de níveis salariais extremamente reduzidos — apesar da rápida elevação da produtividade industrial — contribuiu, certamente, para a sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros⁷³. Aqui, vemos a agricultura projetando suas características internas na indústria em formação: não fôra a extrema miséria de grande parte da massa trabalhadora agrícola, não se verificaria uma busca, a qualquer preço, de oportunidades de emprêgo nos centros urbanos. Além do mais, é a mesma pobreza originária do campo que faz com que o ex-trabalhador rural chegue à cidade não apenas sem economias, mas também desprovido de instrução e qualificação⁷⁴. Assim, ao despejar excedentes demográficos nos centros urbanos, a agricultura estava colaborando para a generalização e consolida-

ção de grandes disparidades distributivas. A importância deste fenômeno é decisiva, dado que a sustentação dos reduzidos níveis salariais do operariado manteria inalterada uma das características originais da industrialização deflagrada nos anos 30 — trata-se de um surto manufatureiro que tem por mercado, basicamente, as classes de altas e médias rendas⁷⁵. Ao concluir estas observações, caberia adicionar que, à medida que avançasse o parque manufatureiro, o prosseguimento do êxodo rural iria perdendo importância como fator de compressão (indireta) dos custos industriais (em consequência do crescente peso relativo dos setores pouco empregadores de mão-de-obra da evolução tecnológica processada em cada ramo de atividade).

CRIAÇÃO DE MERCADO

Para vários autores, a insuficiência do mercado criado pela agricultura opera como o maior entrave imposto pela agricultura ao desenvolvimento econômico brasileiro. Também, neste controvertido tema, o recurso à história parece esclarecedor e, mais que isto, permite caracterizar sua inadequada formulação usual, desde que se tenham em vista: o grau de desenvolvimento alcançado pela economia brasileira, ao ter início o processo de industrialização, e o próprio estilo de nosso desenvolvimento urbanístico-industrial.

Lembremos, uma vez mais, a figura originária do camponês europeu⁷⁶. A unidade familiar, que coincide, aproximadamente, com a unidade rural, opera próxima à auto-suficiência — seus membros produzem o próprio pão, bebem o próprio vinho, vestem-se com a lã, o cânhamo ou outra fibra produzida, fiada e tecida na unidade e, enfim, habitam cabanas construídas e mobiliadas com madeira e materiais localmente obtidos. Em outras palavras, a unidade camponesa não se integra numa divisão social do trabalho⁷⁷. Nestas circunstâncias, a especialização constitui uma autêntica pré-condição para a industrialização, ao permitir que certas atividades econômicas sejam extraídas do universo camponês. Com o início da divisão do trabalho, não apenas surgem novas classes sociais, co

no, o que muitas vezes é esquecido, desponta a figura do "trabalhador agrícola" que, limitando-se cada vez mais a atividades agro-pecuárias propriamente ditas, deverá adquirir, em mercado, as manufaturas de que necessita⁷⁸. Com a especialização progressiva do trabalho, cresce a circulação de mercadorias. A indústria, antes oculta no seio da agricultura, pulverizada nos lares camponeses, conta com um crescente mercado e irá se aglutinar progressivamente nos centros urbanos, onde ganha impulso sua evolução tecnológica. Em seus primeiros passos, deve a indústria urbana suplantar a produção doméstica e, com isto, conquistar uma fração crescente do amplo mercado latente no mundo rural. A decisiva importância do mercado rural pode ser evidenciada por uma sumária confrontação dos "modelos" inglês e francês. O contraste nasce aqui, exatamente, de que, enquanto a Inglaterra, varrida pelo movimento dos *enclosures*, rapidamente minimizou a auto-suficiência camponesa, a França, no final do século XVIII e durante ampla fração do século XIX, fortaleceu sua base camponesa. Na Inglaterra, tanto o ex-camponês, convertido em proletário nos centros urbanos, quanto o trabalhador da grande unidade agrícola capitalista especializada na produção de lã, cereais ou tubérculos, eram convertidos em compradores de artigos têxteis e outras manufaturas simples. Na França, contrariamente, o parcelamento (*morcellement*) de terras, movimento que culminou com a aplicação da legislação revolucionária da terra, consolidava a economia familiar-camponesa. O parcelamento seria ainda mais encorajado pelas leis sobre herança ditadas pela Revolução: nos cem anos que se seguiram, o número de proprietários agrícolas dobrou, enquanto a população, como um todo, cresceu menos de 50%.⁷⁹

Não havendo "proletarizado" seus camponeses, a França teve um crescimento urbano muito lento, enquanto, simultaneamente, nos meios rurais, a família camponesa resistia firmemente à entrada de manufaturas. Nestas circunstâncias, era retardada a gestação de um mercado de massas, o que viria, aliás, a refletir-se nitidamente em características várias da indústria francesa. Assim, por exemplo, a presença da França no mercado mundial de manufaturas se faria sentir, predominantemente, no campo de artigos finos⁸⁰. Tal fato decorria, entre

outras razões (custos mais elevados para o carvão, etc.), de que as indústrias francesas contavam somente "com um mercado limitado de clientes relativamente ricos no interior" ao que se somavam, naturalmente, as possibilidades advindas da exportação.⁸¹

Refletindo estas e outras evidências históricas, as mais distintas concepções do processo de desenvolvimento econômico atribuiriam, em regra, importância decisiva ao surgimento de um "mercado interno", em decorrência de transformações operadas no seio da agricultura. A este propósito, viriam mesmo a estar de acordo autores que, certamente, entrariam em choque no que se refere à maioria de suas mais profundas convicções. Nurkse, escrevendo em 1959, diz-nos que, abstraída a hipótese da exportação de manufaturas, "o desenvolvimento industrial, para o mercado interno, requer um avanço complementar no campo, um aumento de produtividade agrícola. É impossível fomentar o desenvolvimento industrial interno isoladamente... A dificuldade é esta: não há suficiente mercado para produtos manufaturados num país onde os camponeses, os trabalhadores agrícolas e suas famílias, que tipicamente abarcam de 2/3 a 4/5 da população, são demasiado pobres para comprar qualquer produto fabril ou outra coisa, em adição ao pouco que já compram".⁸² Por outro lado, analisando as características da "Acumulação Primitiva", detém-se Marx sobre o problema da formação de um mercado interior, afirmando a este propósito: "somente este aniquilamento da indústria doméstica do camponês pode dar ao mercado interno de um país a extensão e a constituição exigida pelas necessidades da produção capitalista"⁸³. Evitando estendermo-nos em citações outras, que confirmariam esta generalizada convicção, adicionemos apenas que H.J. Habakkuk, em busca de denominadores comuns nas diversas experiências de desenvolvimento e, mais precisamente, procurando determinar a função mais relevante da agricultura no desenvolvimento econômico, conclui que a função "que parece ter tido importância generalizada foi a criação de um mercado interno para as indústrias locais nas fases primitivas e mais difíceis de seu crescimento."⁸⁴

Não obstante o peso de tais citações, cabe assina-

lar, desde logo, que, no Japão, onde se realizou a experiência mais bem sucedida de industrialização num contexto capitalista (tidos em conta o ponto de partida, a rapidez do processo e os resultados alcançados), a agricultura não teve papel de destaque na formação do mercado de manufaturas. Muito pelo contrário, o notável desenvolvimento da agricultura japonesa não fêz do camponês um consumidor de artigos industrializados — seu reduzidíssimo nível de vida manteve-se quase inalterado por vários decênios, havendo, quando muito, uma moderada elevação dos padrões alimentares. Na realidade, a contínua elevação da produtividade agrícola verificou-se dentro de padrões tradicionais de organização rural, anteriores à restauração Meiji.⁸⁵ As transformações da agricultura não resultaram, inclusive, num maciço movimento migratório em direção às cidades.

As funções cruciais da agricultura no desenvolvimento japonês foram a ampliação sustentada do excedente de alimentos e matérias-primas e a transferência de recursos para os demais setores, especialmente via tributação "o imposto sobre a terra, apenas forneceu mais de 70% da receita do governo central durante as primeiras décadas após a Restauração"⁸⁶. O significado desta contribuição deve ser avaliado tendo-se em conta o papel de protagonista que coube ao Estado exatamente no período em causa⁸⁷, no processo de industrialização. O mercado para expansão industrial, resultava de uma composição de: encomendas governamentais (para as forças armadas, para a construção de infra-estrutura, indústria de base, etc.); substituição de importações (no que se refere a cimento, vidro, etc.); e exportações.⁸⁸

É extraordinariamente difundida, como já foi assinalado, a idéia de que a agricultura brasileira entrava o desenvolvimento industrial, dados os níveis de extrema pobreza em que mantêm, até o presente, em sua grande maioria, os trabalhadores do campo⁸⁹. No entanto, e por mais chocante que isto pareça, não faz sentido discutir se a agricultura atuou ou não como um freio no processo de industrialização brasileiro. A indagação não merece sequer um exame aprofundado, já que a produção industrial, no período correspondente à "moderna in-

dustrialização" (aproximadamente 1932-62), multiplicou-se por dez, ou seja, cresceu 900!⁹⁰ Quaisquer comparações internacionais, assim como o recurso a não importa que moldura analítica, apontariam êste resultado como notável.⁹¹

Admitida esta realidade, caberia levantar certas questões: como foi possível tamanha expansão industrial sem que a agricultura (que, no início dos anos 30, empregava cerca de 2/3 e, ainda em 60, retinha, aproximadamente, a metade da população economicamente ativa) lhe fornecesse mercado em escala apreciável? Quais foram as implicações da não integração das massas rurais no mercado manufatureiro⁹²? Por fim, haveria que examinar se a industrialização brasileira (que efetivamente prescindiu, em grande medida, dos mercados rurais) poderia prosseguir, indeterminadamente, seu crescimento, sem contar com uma efetiva incorporação das massas rurais.

Ao passarmos à análise do caso brasileiro, há que assinalar, preliminarmente, que êste país jamais contou com uma economia camponesa⁹³. Os homens do campo, que não se encontravam organizados nas fazendas e engenhos, achavam-se perdidos pelo vasto *hinterland*, numa vida tão miserável quanto insustentável — excetua-se, como se sabe, a experiência das pequenas propriedades à base de colonos europeus no sul do País⁹⁴. Nas áreas (e épocas) em que a economia se apresentava mais "fechada" (como reflexo de crises externas), a auto-suficiência se dava ao nível dos latifúndios⁹⁵ e não da pequena unidade camponesa, em regra, inexistente. Mesmo nas regiões mais vinculadas ao mercado mundial, onde o trabalho se organizava em função das lavouras de exportação, verificava-se, em certas fases, um elevado grau de suficiência na unidade rural. A evolução econômica apontava, no entanto, no sentido do aprofundamento da divisão do trabalho e conseqüente superação do auto-consumo latifundiário. Vários fatores contribuíram, mais em certas regiões e épocas, menos em outras, para a integração da grande unidade rural num sistema de divisão do trabalho. Desde logo, qualquer elevação no preço do produto de exportação incitava à especialização produtiva. Isto porém, pode ser tido por um fator de natureza conjuntural. O encarecimento da mão-de-obra (a partir do embargo ao tráfico negreiro e da

enorme expansão da procura de mão-de-obra, determinada pelo café), porém, operou como uma alteração definitiva, à qual deviam se adaptar as atividades rurais. O encarecimento do trabalho (especialmente nas regiões exportadoras) acarretaria um maior grau de especialização, buscando o empresário rural concentrar toda a mão-de-obra disponível na atividade de mais elevada produtividade⁹⁶. Na região nordestina, a diminuição da suficiência do latifúndio exportador era ainda acelerada por um problema de natureza geográfica: a exigüidade da faixa úmida litorânea. Mas o passo decisivo em direção à divisão do trabalho no universo agrícola brasileiro teria que esperar por uma solução do grave problema dos transportes. O desenvolvimento da navegação de cabotagem e, completando-o, o avanço das estradas de ferro permitiriam, de fato, nas últimas décadas do século XIX, o estabelecimento de um vigoroso regime de trocas inter-regionais⁹⁷. A agricultura de exportação estava, assim, lançando as bases de um extenso mercado interno; este mercado era, porém, muito mais importante para cereais, carne (charque) e açúcar que para manufaturas. Ou seja, o gradativo recuo da produção para autoconsumo (e paralelo avanço de especialização) não tendia a constituir, entre nós, um mercado de massas para manufaturas simples. Isto porque, não sendo o movimento acompanhado da ruptura dos padrões distributivos, permanecia em mãos dos proprietários grande fração de incremento de renda. Estes prosseguiram demandando, no exterior, as manufaturas de que necessitavam — tanto a especialização como a própria importação de manufaturas contavam, aliás, com maiores facilidades, devido à melhoria do sistema de transportes.

Somente no caso da cultura cafeeira paulista, sendo a especialização acompanhada da introdução do sistema salarial e de uma evidente melhoria das condições de vida da massa rural (especialmente os imigrantes europeus), chega a delinear-se um mercado significativo de manufaturas simples. As indústrias que logo despontaram, procurando atender a este incipiente mercado, distribuíram-se, em muitos casos, pelo interior paulista, procurando manter-se próximas do mercado consumidor⁹⁸. Ao que tudo indica, pela localização como pelo ti-

po da produção, tais indústrias evitavam a competição com as manufaturas estrangeiras que, até o início do século XX, dominavam os maiores mercados urbanos e, genericamente, atendiam à procura das classes de médias e altas rendas.

Excluída esta fração da massa rural, os demais trabalhadores do campo, vivendo em regiões pouco dinâmicas ou francamente estagnadas e herdeiros de uma tradição escravocrata, contentavam-se com o estritamente necessário à subsistência — limitando-se, no que se refere a manufaturas, à aquisição de uns poucos bens de qualidade inferior e em pequenas quantidades. Isto quanto aos que permaneciam nas grandes fazendas exportadoras (fora da região cafeeira de maior vigor) e em latifúndios que, pouco a pouco, logravam vincular-se ao mercado interno em gestação. Quanto ao típico caboclo, vivendo disperso e isolado, nas zonas desprezadas ou ainda não atingidas pela exploração latifundiária, nada tinha a vender — em consequência, nada podia comprar. Este tipo de habitante buscava cobrir suas necessidades com o trabalho familiar, tecendo seu algodão, produzindo seus utensílios domésticos e, até mesmo, a pólvora de que necessitava. Diferia profundamente do camponês europeu, por não ter qualquer vínculo com a terra; aceitava a vida nômade, que se refletia em traços de sua cultura como de sua técnica agrícola⁹⁹. Esta fração da massa rural não tem, por conseguinte, condições para ingressar no mercado de manufaturas e nem sequer participa do mercado de alimentos — a que se haviam incorporado os ex-escravos, integrados nos setores e zonas agrícolas de maior produtividade.

Como se sabe, o surto industrial que vingou neste País não foi aquêle propiciado pelos mercados rurais e reforçado por certas oportunidades existentes nos centros urbanos. Este serviu, de fato, para criar uma base industrial mínima, para dar início à formação de uma classe operária, treinar administradores e empresários etc.. A partir dos anos 30, no entanto, afastada e/ou minorada a competição estrangeira, a substituição de importações passaria a constituir a espinha dorsal do avanço manufatureiro.

Para efeitos desta análise, as características mais

importantes da moderna industrialização são: os investimentos não resultam, em princípio, da ampliação do mercado existente, já que têm em mira o mero traslado para o plano interno das fontes de abastecimento; a realização de investimentos e a entrada em operação de novas unidades e ramos produtivos, no entanto, efetivamente, ampliam o mercado (final e intermediário), dando margem a novas aplicações; o avanço industrial coloca problemas cuja solução exige uma crescente participação do setor público, cujos investimentos, uma vez mais, impulsionam o processo de industrialização¹⁰⁰. Visto pela perspectiva da agricultura, a industrialização apresenta, pois, um elevado grau de autonomia. Seu avanço prescinde de uma elevação concomitante da produtividade agrícola — dado que não necessita contar com crescentes mercados rurais. Fica, assim, patenteada uma mudança de rota no processo de industrialização, já que, de início, tinha grande relevância a demanda rural de tecidos, alimentos industrializados etc.. Em confronto com outras experiências históricas, seria permitida à agricultura maior "passividade" no processo de desenvolvimento econômico. Era, em suma, enfraquecido o processo de impulsão interdependente da agricultura e da indústria, que tão claramente se verificou em casos "clássicos" de industrialização.

A industrialização substitutiva, guiada (inicialmente) pela demanda de ex-importadores, integrantes das classes de altas e médias rendas, avança e se consolida tendo por mercado estratos sociais com poder aquisitivo muito superior ao da grande maioria da nação. Cabe, pois, formular uma questão de grande relevância: não estaria este tipo de industrialização condenado a um rápido esgotamento, dado que suas possibilidades se restringem ao mercado por uma minoria?¹⁰¹

Primeiramente, cabe deter-se sobre certas características da demanda exercida por indivíduos de altas rendas.

Como já foi assinalado, limitada ao mercado integrado pelos estratos superiores de renda, a indústria francesa teve seu crescimento deformado e retardado. As condições com que se defrontava diferiam, porém, enormemente daquelas enfrentadas pela moderna industrialização brasileira. O consumidor de altas rendas, no século XIX (e anteriormente), aplica-

va ampla porção de sua renda em serviços domésticos (criadagem) e produtos refinados de origem artesanal. A industrialização norte-americana, no entanto, daria início, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, a um alargamento ilimitado do horizonte de consumo industrial. A partir de então, produtos industriais passariam a atender a um crescente número de necessidades e desejos — muitas vezes recém-criados. À medida que a economia norte-americana se tornava o novo centro de gravidade do comércio internacional, seus hábitos de consumo iriam, progressivamente, disseminar-se pelo resto do mundo. Inacessíveis às massas brasileiras, as novas formas de consumo estariam, no entanto, ao alcance de nossas classes médias e altas que encontrariam, no exemplo americano, um permanente estímulo à diversificação e melhoria qualitativa dos produtos demandados. Assim, superada, progressivamente, a estrutura tradicional de consumo das velhas classes abastadas (seguida, na medida do possível, pelas camadas intermediárias), entrariam as nossas classes altas e médias numa corrida sem fim, guiada pelo consumo americano, tornado padrão de referência. Tal orientação, que tanto difere daquela dada pelas classes privilegiadas de outrora, teria implicações de toda ordem. Ao invés de estreitar o mercado de manufaturas, a concentração da renda em estratos de médio e alto poder aquisitivo passaria a reforçar um gênero de mercado — o dos bens de consumo duráveis, de tipo moderno. Não obstante deixasse de prejudicar o consumo global de manufaturas, a concentração da renda poderia resultar numa procura a tal ponto diversificada, que não fôsse possível a produção, em escala econômica, de uma série de artigos. Não enfrentaremos, aqui, no entanto, a difícil questão da "massa crítica" adequada à industrialização moderna. Lembremos apenas que no Brasil, nação continental, resultante da justaposição de economias regionais, o somatório dos grupos proprietários rurais e das camadas médias e altas existentes nas muitas cidades, combinado com a ativa e profunda participação do Estado, permitiu à indústria avançar permanentemente e velozmente — pelo menos até que se atingisse a diversificada estrutura industrial registrada no início dos anos 60.

Estamos, finalmente, em condições de formular uma questão por muitos considerada de decisiva importância. Percorrido o caminho que leva da quebra do modelo primário-exportador ao esgotamento do processo de substituição de importações, não viria a indústria a ser detida pela insuficiência do mercado rural? A indagação anterior admite, implicitamente, como veremos, que, no caso brasileiro, a responsabilidade da agricultura na criação de mercado para manufatura assumam características próprias, notadamente discrepantes da experiência histórica clássica.

A agricultura brasileira não sofreu, nem às vésperas, nem durante a moderna industrialização, transformações que estimulasse diretamente o processo de industrialização. Em pleno impacto da crise do mercado mundial, começa sua transformação, no sentido da acomodação às novas condições -- mediante progressiva redistribuição de fatores em favor da produção para mercado interno. Partindo de uma situação de notória atrofia, a indústria não apenas recuperaria o tempo perdido, como se agigantaria em relação ao resto do contexto. Esta colocação poderia sugerir a alguns que a agricultura, tendo "ficado para trás" nas últimas décadas, deveria passar agora à recuperação do terreno: a expansão agrícola lideraria, então, a uma nova fase de crescimento. Nessa formulação, mais que em qualquer outra, teria cabimento a tese de que a agricultura caberia, finalmente, fornecer o mercado de que necessita a indústria. Tal concepção parece, no entanto, profundamente equivocada.

É certo que a agricultura "ficou para trás"; há que saber, porém, em que sentido se define este retardamento. A forma mais eloqüente de apontar o atraso da agricultura consiste em confrontar as produtividades médias da indústria e da agricultura. Com os resultados do censo de 1960 e fazendo o produto obtido por homem ocupado na indústria igual a 100, a produtividade (comparada) da agricultura seria de apenas 13,6. É muito fácil, contudo, equivocarse neste terreno: antes de mais nada, o enorme atraso relativo da agricultura não é, em absoluto, análogo ao apresentado pela indústria antes dos anos 30. A indústria daquela época encontrava-se atrofiada em

relação ao contexto da nação, num sentido absoluto, ou seja, o País não dispunha de inúmeros ramos manufatureiros; em certos casos, a produção local não cobria senão uma parcela das necessidades nacionais. O que se passa com a agricultura presentemente não é, porém semelhante. Se é certo o que dissemos sobre o crescimento da produção agrícola e sobre a evolução da respectiva demanda ao longo das últimas décadas, não houve e não há insuficiência da oferta de produtos agropecuários¹⁰². De fato, os dados acima não refletem, em absoluto, insuficiência da oferta e sim a forma extensiva, a tecnologia rudimentar etc., de nossa agricultura. Em suma, a superioridade presente da indústria não se assemelha à hipertrofia da agricultura antes de 30: a indústria distanciou-se do contexto ao reprodizer funções de produção típicas das nações desenvolvidas.

Não apenas a indústria tinha um grande espaço a ocupar na correção da estrutura pré-30, como sua expansão se mostrava autopropulsora; além disso, a respectiva demanda final apresentava elevada elasticidade-renda. A agricultura, na atualidade, não se defronta com um mercado inatendido (ou atendido por importações), não pode contar, em intensidade sequer comparável com o fenômeno dos estímulos recíprocos entre seus vários setores e se defronta com uma elasticidade-renda da demanda relativamente baixa. Assim, há que pôr de lado, certamente, a ingênua concepção de uma seqüência de "ciclos setoriais", tese segundo a qual, esgotada a fase de crescimento baseado na indústria, a alternativa estaria num "retorno" ao crescimento agrícola.¹⁰³

O que procede significa, apenas, que não é possível acelerar o crescimento agrícola como um todo — que contra isto operam os vários fatores limitativos assinalados. Isto não impede, contudo, que, através de transformações várias, se procure ampliar o mercado rural de manufaturas. Fica, no entanto, estabelecido que o crescimento agrícola tem que se ajustar ao marco da demanda procedente dos demais setores e que esta, ressalvadas profundas transformações econômico-sociais, não tem capacidade de assimilar grandes avanços por parte da oferta agrícola.¹⁰⁴

Estabelecido que o mercado extra-agrícola de produtos agropecuários determina, a grosso modo, o ritmo a que pode crescer a procura, pela agricultura, de bens não agrícolas, cabe indagar como a demanda procedente da agricultura deveria estruturar-se para provocar o máximo de dinamismo nos demais setores e, mais precisamente, na indústria?¹⁰⁵

Para responder a esta questão é, contudo, necessário atentar, momentaneamente, para a indústria com que contamos. Esta se encontra dominada pelos setores ditos dinâmicos que se orientam, fundamentalmente, pela demanda das classes de altas e médias rendas e pelos investimentos privados e públicos¹⁰⁶. Este conjunto apresenta denso inter-relacionamento interno, cada passo à frente, mediante introdução de novos ramos, ou de novas formas de produzir, engendra uma série de tensões que deverá resultar em "respostas", através do desdobramento de ramos produtivos, evolução de produtos (assimilação de novas propriedades), etc.. O avanço da indústria, nas nações desenvolvidas, garante um horizonte móvel, ilimitado, para este processo¹⁰⁷. A partir de tais observações, deve ser reformulada a questão anterior. Cabe indagar: qual a estruturação da demanda final que mais convém ao prosseguimento da industrialização?

Tomemos dois pólos opostos: a expansão da demanda liderada por grandes e médios proprietários apoiados por melhores serviços de crédito e facilidades outras, para a introdução de novas técnicas etc, e o crescimento da demanda proveniente das massas trabalhadoras, favorecidas por um programa de repartição e distribuição da terra dos latifúndios.

Os trabalhadores rurais, passando do nível de subsistência em que se encontram para uma situação algo melhorada, dedicariam sua renda adicional a melhorar a dieta alimentar, adquiririam melhor vestuário, comprariam objetos vários para o lar, e, enfim, na medida do possível, procurariam ingressar no mercado de alguns bens "modernos" (rádios de pilha, máquinas de costura etc.)¹⁰⁸. O aumento da demanda implicaria, basicamente, em estímulo aos setores produtivos ditos tradicionais. Contrariamente, a transformação da agricultura

no sentido da consolidação e tecnificação das grandes propriedades concentraria mais recursos em mãos de indivíduos que, já tendo coberta suas primeiras necessidades, aplicariam grande porção da renda adicional em manufaturas "de qualidade" — produtos de "vanguarda", novos estilos para velhos artigos etc..

Caberia, ainda, ter em conta o que significam, em termos de demanda intermediária, as possibilidades em confronto.

À parte o crescimento puramente extensivo, o aumento da produção agrícola pode ser obtido por avanços em dois sentidos (que, em princípio, se excluem, mas que podem ser tornados parcialmente complementares). Trata-se dos padrões tecnológicos característicos dos E.U.A. e do Japão. No primeiro caso, temos a aplicação, em ampla escala, de máquinas, adubos químicos, inseticidas etc.; no segundo, temos a prioridade deslocada para os implementos simples como o arado, para a melhoria das sementes, o uso de adubos verdes e orgânicos, o combate à erosão, o cuidado com o espaçamento etc.. O primeiro gênero de agricultura supõe unidades agrícolas de porte médio ou grande, elevada capacidade financeira por parte dos proprietários e, sem dúvida, amplo apoio de políticas e programas governamentais. Neste último gênero de agricultura, são amplas as encomendas ao setor industrial, o qual encontraria mercado (mais uma vez) para seus produtos de "vanguarda": tratores, motores elétricos, produtos químicos, etc.. As necessidades dos pequenos proprietários, no entanto, poderiam ser atendidas por crescimento extensivo (ou maior aproveitamento) de ramos industriais tradicionais que se caracterizam por escassas inter-relações industriais. Haveria, ainda, que despender grandes somas em treinamento, assistência, informação, etc..

O que precede permite-nos concluir que a melhoria dos padrões de produtividade da agricultura acarreta encomendas industriais maiores e, sobretudo, de maior impacto dinamizador, na medida em que se consolide a estrutura altamente concentrada de propriedade da terra¹⁰⁹. A agricultura, que não forneceu grandes estímulos de mercado ao longo da moderna

industrialização, para transformar-se num cliente adequado (estimulante) à indústria, deverá, pois, ao contrário do que freqüentemente se pensa, confirmar (e reforçar, através do progresso tecnológico das grandes unidades) a sua estrutura distributiva, altamente excludente e concentradora de renda. É que a indústria, reproduzindo entre nós uma miniatura de Paris desenvolvido, elevou-se muito acima dos padrões imperantes nos demais setores; para que uma atividade tão atrasada como a agricultura logre fazer encomendas condizentes com o avanço da indústria, deverá a renda, que aí se gera, ser aglutinada em mãos de uma minoria capacitada para sustentar um elevado padrão de consumo e operar modernas funções de produção.¹¹⁰

TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

Sendo a industrialização, em seus primórdios, um dobramento setorial em que as atividades secundárias despojam num mundo ainda predominantemente agrícola, é de presumir-se que este setor transfira recursos para a indústria nascente.

As contribuições da agricultura, para a formação de capital nos demais setores, podem efetivar-se através de vários mecanismos, não sendo fácil isolá-los e muito menos quantificar as transferências ocorridas.

As transferências diretas e espontâneas de capital — explicadas, muitas vezes, por heranças e outros mecanismos de transmissão intrafamiliar de recursos — devem ter-se verificado em tôdas as experiências de desenvolvimento; não parecem, contudo, ter atingido, em regra, o volume e a importância de outros mecanismos de transferência. Dentre as formas indiretas, destacam-se: a extração, via tributos, e a subtração implícita de recursos, nos casos em que se verifique, juntamente com a expansão industrial, uma deterioração das relações de troca contra a agricultura.¹¹¹

A experiência japonesa ilustra, notoriamente, o primeiro caso. Informa-nos Kuznets¹¹² que, nas últimas décadas do século XIX, a tributação sobre a renda produzida oscilava en-

tre 12 e 20% na agricultura, enquanto se situava entre 2 e 3% nos demais setores. A tributação e a queda dos preços relativos dos produtos primários parecem ter contribuído, decisivamente, para a acumulação de capital, durante o período de crescimento acelerado na União Soviética.

O devido tratamento desta questão, no caso brasileiro, supõe informações de que não dispomos. Ainda assim, podemos afastar a possibilidade de que, quer via deterioração das relações de troca (em seu desfavor)¹¹³, quer através de tributação (própriamente dita), tenha a agricultura colaborado substancialmente para a industrialização. Restaria considerar as possíveis transferências voluntárias (induzidas pelo mercado) e efetivadas por outros mecanismos.

No que se refere às transferências determinadas pelas oportunidades de mercado, haveria que observar, de início, o seguinte: somente a agricultura de exportação, bloqueada pela crise, tenderia a transferir recursos; a agricultura de mercado interno, pelo contrário, acelerado o processo de industrialização-urbanização desde meados da década dos 30, tinha grandes estímulos para crescer (e, por conseguinte, para reabsorver os próprios lucros)¹¹⁴. A tese de que a agricultura de exportação teria, efetivamente, transferido grande volume de capitais para a indústria, estimulada não apenas pela crise do setor, como pelos preços relativos altamente favoráveis à produção manufatureira, foi sustentada por vários autores, notadamente Celso Furtado¹¹⁵. Não se pretende, de modo algum, neste ensaio, reunir provas capazes de superar esta colocação. Caberia, no entanto, levantar, de passagem, certos argumentos que levam a crer que não devem ter sido importantes as transferências diretas. Primeiramente, haveria que registrar a intensidade da crise e a penúria financeira atravessada pelos cafeicultores ao longo dos anos 30¹¹⁶. A seguir, haveria que adicionar que, enquanto estiveram acentuadamente deprimidos os preços do produto ((aproximadamente até 1941), o argumento anterior, referente aos preços relativos, também explicaria mudanças em favor do algodão, da cana, do milho, da mandioca e de outros gêneros — decisão imensamente mais fácil para os fazendeiros.¹¹⁷

Durante a guerra, dada a recuperação de preços e a não expansão da lavoura cafeeira, talvez tenha havido condições favoráveis à transferência¹¹⁸ (ainda assim, é possível que a agricultura de mercado interno tenha recebido a maioria dos recursos). A crise da indústria, no imediato pós-guerra (46/47), e, a seguir, o início da elevação das cotações internacionais dos produtos primários que atinge o auge nos primeiros anos da década dos 50, constituiriam, uma vez mais, fatores de desestímulo à transferência de recursos para as atividades industriais. Por fim, caberia advertir que pesquisas recentemente realizadas revelam que as fortunas industriais raramente correspondem a famílias integrantes da "oligarquia agrária".¹¹⁹

Deixando de lado a controvérsia sobre as transferências voluntárias, assinalemos um outro gênero de transferência mais evidente e, inclusive, possível de quantificação. Trata-se dos subsídios assimilados pela indústria na importação de equipamentos, combustíveis, matérias primas, etc., mediante taxas de câmbio mantidas constantes durante vários anos, em pleno processo de desvalorização da moeda nacional (o que implicava em crescente barateamento do dólar, em benefício dos importadores). Do imediato pós-guerra até 1953, isto traduziu-se em vultosos desvios de recursos em favor da industrialização e contra as culturas de exportação. A partir deste momento, a maioria dos produtos de exportação passa a contar com crescentes "bonificações" que tendiam a anular, progressivamente, as transferências; o café, porém, continuou transferindo grandes somas até 1958/59.¹²⁰

A par destes mecanismos, é possível que tenham operado outras modalidades de transmissão de recursos, de mais difícil detecção. Assim, é possível que a agricultura tenha depositado mais que tomado de empréstimo e, com isto, transferido poupança via rede bancária (dado os juros negativos que prevaleceram, pelo menos, ao longo dos anos 50, isto pode ter ocultado importantes transferências).

Finalmente, pelo menos para o setor de construção civil, é inegável que a classe dos proprietários rurais carregou um amplo volume de recursos não apenas através de trans-

ferências de residência do campo para a cidade, como pela especulação imobiliária.

Ao concluir este item, caberia advertir que o aporte maior ou menor da agricultura, em termos de transferência de capital, tem sua importância relativa diminuída no nosso estilo de industrialização. As atividades não agrícolas já apresentavam, na década dos 30, um elevado peso relativo. Mesmo a isto o fato de que, deflagrada a industrialização, uma composição de fatores propiciavam o surgimento e manutenção de uma alta rentabilidade no setor manufatureiro¹²¹. Desfrutando de excepcionais condições de rentabilidade e permanentemente incitado por uma profusão de oportunidades de investimento, este setor foi levado a sustentar um vigoroso processo de acumulação. Neste contexto, perde muito de sua importância a contribuição da agricultura para a formação de capital, sobretudo em suas modalidades "clássicas".

3. Agricultura como fator de determinação das estruturas

Rechaçando a hipótese "pura" de que à agricultura caibam certas e determinadas funções no processo de desenvolvimento, alguns autores observaram que os referidos "papéis" variam com a etapa¹²² ou grau de desenvolvimento alcançado. Esta posição, tendo o mérito de flexibilizar a versão mais simples daquela tese, contém uma séria limitação: "rigidifica" o próprio processo de desenvolvimento. Com efeito, ao atribuir certas e determinadas "etapas" ao processo de desenvolvimento, admite-se, necessariamente, que o caminho que leva ao desenvolvimento, não obstante apresente variações menores, e, em última análise, único. No que toca à nossa análise, isto significa que, à medida que avançasse o processo, iriam se alterando, de forma definida (ainda que imprecisa), as relações entre a agricultura e a indústria — o que faria variar, em importância e significado, as funções atribuídas à agricultura.

Implícita na análise até aqui desenvolvida, existe,

no entanto, uma reformulação da tese das funções da agricultura que não implica no estabelecimento de um arquétipo histórico. Haveria que partir da constatação de que a industrialização pode *ter início* em economias: cuja agricultura apresente diferentes graus de "abertura"; cuja vida urbana apresente maior ou menor grau de intensidade; que contem com um mercado interno estruturado de diferentes formas, etc.. As possíveis combinações destes fatores histórico-estruturais — antes do surgimento de um setor secundário de peso significativo — não podem ser ordenadas temporalmente. E é precisamente na dependência do "quadro" estrutural com que se defronta ao surgir (ou ganhar impulso), que o processo de industrialização de finirá suas necessidades e, em particular, os "papéis" que cabem à agricultura. Não há, em suma, um conjunto (seqüenciado ou não) de transformações por que deve passar a agricultura ao longo da industrialização.

A rigor, o que vimos de introduzir foi uma preocupação com a estrutura e funcionamento do setor primário¹²³, *anteriores* ao processo de industrialização. Admitimos, então, que certas economias podem passar por importantes transformações estruturais consideradas "necessárias", mas que não se mostram "suficientes" para determinar o avanço industrial. Este, em outras palavras, pode ser adiado, retardado, enquanto a economia em evolução "acumula" pré-condições para a industrialização. Se assim é, quando a industrialização, finalmente, supera alguns de seus condicionantes ou impedimentos e se lança "em busca do tempo perdido", não necessitará, como em outros casos e em igual medida, de transformações paralelas do setor agrícola. Vejamos isso através de exemplos.

Tomemos uma sociedade integrada por camponeses praticamente auto-suficientes — de cujo excedente vive uma camada senhorial. Nestas condições, ao reduzido circuito (quase) fechado da vida camponesa se sobrepõe o circuito mais amplo, porém igualmente (quase) fechado da economia do feudo. Em tais circunstâncias extremas, o desenvolvimento industrial tem, por pré-requisito "absoluto", a ruptura deste quadro, permitindo a geração e circulação de um certo excedente, a liberação de mão-de-obra e o conseqüente surgimento de um mercado

que abra espaço para a incipiente divisão do trabalho. É neste sentido que o feudalismo opõe múltiplas barreiras à industrialização, prende o homem à terra, sustenta práticas rotineiras e não abre espaço para a especialização do trabalho, da qual deriva a constituição de um mercado interno.

Observemos, agora, uma experiência totalmente distinta. Trata-se de uma nação à qual coube, na divisão internacional do trabalho, especializar-se em pecuária e que, desde cedo, se capacita para produzir, transportar, comercializar, etc., um volumoso excedente de carne e derivados. A atividade dominante permite altos padrões de produtividade e, sendo facilmente cobertas as necessidades primárias da população, verifica-se um crescente desvio do poder aquisitivo em favor de produtos manufaturados e serviços vários. As exportações, traduzindo-se em ampla capacidade de importar, serão, justamente, utilizadas para atender à demanda de produtos industrializados. Submetida à forte competição externa, a indústria local tem reduzida chance de expandir-se. Não obstante, a pouca absorção de mão-de-obra e o amplo excedente extraído do setor primário propiciam um firme desenvolvimento urbanístico (baseado num setor terciário de grande peso e crescente diversificação).¹²⁴

Enquanto a indústria se encontra bloqueada, vão sendo "queimadas etapas" para um eventual surto manufatureiro. O comércio internacional opera aí como um mecanismo que desloca, no tempo (e no espaço, pois, de qualquer forma, estará sendo incentivada a industrialização em alguma outra área), a industrialização. Em última análise, é o setor exportador que se incumbem de produzir, indiretamente (via exterior), as manufaturas necessárias. A expansão industrial, a partir de tais condições, pouco exige da agricultura — supõe, basicamente, um progressivo desvio do excedente anteriormente exportado para o mercado interno em expansão.

Depreende-se, do que precede, entre outras, a seguinte conclusão: dependendo das condições com que se depare a indústria quando de sua arrancada, as transformações adicionais por que deve passar a agricultura terão importância sumamen-

te variável. O desempenho daquelas funções que, genericamente, se atribui à agricultura pode, assim, constituir pré-condição, fator condicionante, elemento favorável ou mesmo indiferente ao processo de industrialização. O quadro abaixo evidencia as múltiplas possibilidades.

Importância das funções Funções da agricultura	Pré-condições	Condiçio- nantes fortes	Condiçio- nantes fracos	Fatores indiferen- tes
Liberação de homens				
Transferência de capitais				
Ampliação de excedente				
Criação do mercado				

O esquema permite ver que as responsabilidades da agricultura, ao longo do processo de industrialização, variam e normemente, segundo o avanço (da esquerda para a direita) das várias transformações assinaladas. Em outras palavras, quanto mais avançada a nação (intensificando a divisão interna do trabalho, desenvolvendo o setor urbano, etc.), *antes* de deflagra a industrialização, menos importantes tendem a ser as contribuições da agricultura daí por diante — consequentemente, maior a autonomia do processo de industrialização.¹²⁵

Uma vez incorporada a idéia de que a industrialização pode surgir em diferentes momentos da evolução do complexo de atividades não industriais, podem ser formuladas novas e importantes indagações.

Nos casos em que a agricultura e a indústria avançam conjuntamente, através de um processo de interfecundação, a estrutura econômica (social e política) resultante incorpora, necessariamente, aspectos provenientes de ambos os setores. Na hipótese aqui levantada, contudo, podendo a indústria ser

indefinidamente "adiada", caberá um papel muito maior às atividades primárias no delineamento dos parâmetros estruturais. Notoriamente, a estrutura de propriedade e a distribuição de rendas, a proporção relativa da população urbana, a "estrutura de qualificação" da mão-de-obra (proporção de não qualificados, tipo e proporção das qualificações intermediárias, etc.) serão determinadas, em ampla medida, pela estrutura e dinâmica das atividades primárias. Somos, pois, levados a concluir que a industrialização, quando "retardatária", deverá *acatar* parâmetros estruturais que, em outras experiências, ajudou a definir.

A conclusão precedente implica em considerar um novo tipo de "função" para o setor agrícola. Com efeito, este passa a ter a responsabilidade central da definição do marco de onde partirá a indústria. O quadro de funções com que, até o presente, havíamos trabalhado foi, por conseguinte, ultrapassado. Esta ampliação traz consigo uma séria crítica ao esquema até o presente utilizado. A agricultura é aí apresentada como um setor eminentemente "passivo", do qual se extraem produtos e fatores e no qual deverão penetrar, crescentemente, os produtos industrializados. Não há qualquer preocupação com a contribuição da agricultura na própria constituição do sistema econômico.

Uma vez admitido o papel determinante da agricultura na premoldagem da estrutura econômica, cabe indagar se, *durante* a industrialização, não continua a agricultura a exercer influência na determinação de características estruturais e dos próprios rumos tomados pelo processo de desenvolvimento.

Lançando mão de dois casos que se distinguem, primordialmente, pelo tipo de agricultura em que se fundamenta a expansão econômica anterior à industrialização, procuraremos apontar como o universo rural se projeta, imprimindo características fundamentais no desenvolvimento urbano-industrial que será, em boa medida, feito "à sua imagem e semelhança".

Tomemos, de início, o caso de uma agricultura exportadora de alimentos, baseada na unidade familiar e apresentando padrões de produtividade relativamente elevados. À medida

que cresce a economia, um fluxo migratório se estabelece em favor dos centros urbanos. Estes indivíduos poderiam, em princípio, prosseguir no campo; a escolha da vida urbana é feita em função das oportunidades aí existentes, o que envolve, não apenas o mercado de trabalho, como as possibilidades de montagem de pequenos negócios. Provenientes de famílias de pequenos e médios proprietários, apresentam certo nível de qualificação, alguma experiência na tomada de decisão, no uso de técnicas relativamente modernas, etc.. Globalmente, os que saem, como os que permanecem na agricultura constituem mercado para manufaturas simples. O mercado de produtos industriais parte, pois, de uma ampla demanda pouco diversificada (a inexistência de grandes fortunas senhoriais faz com que o mercado de manufaturas se concentre sobre uns poucos itens universalmente demandados). A oferta, em contraposição, tende a fluir de um grande número de oficinas e fábricas, montadas a partir de modestos recursos e baseadas nas habilidades técnico-gerenciais de um grande número de pequenos proprietários. A aceleração do crescimento industrial, promovida por crises do comércio externo, tarifas protecionistas, etc., evidencia a potencialidade do mercado de massas que se vinha gestando. Ao longo da industrialização, ganha impulso a transferência de trabalhadores do campo para a cidade, na medida em que as atividades urbanas ofereçam crescentes atrativos e as atividades rurais possam liberar mão-de-obra, dada a incorporação de progressos técnicos. A elevação geral da produtividade e o equilíbrio sustentado no mercado de trabalho garantem a evolução do poder aquisitivo do operariado — a indústria é levada a "acompanhá-lo", ampliando sua escala de produção (reduzindo custos), introduzindo novos produtos, etc..

Contrariamente, numa região de grandes lavouras de exportação, movidas, originariamente, pelo trabalho escravo e, a seguir, pelo ex-escravo em situação econômica pouco melhorada, o quadro estrutural em que deverá alojar-se a indústria é radicalmente distinto. O mercado interno, resultante da especialização de atividades, pode ser distribuído em torno a dois pólos. A base da pirâmide social adquire¹²⁶ um mínimo de alimentos e as mais rudimentares manufaturas — dando margem

ao surgimento de indústrias domiciliares e alguns estabelecimentos fabris com padrões tecnológicos rudimentares. Em regra, a industrialização deverá aguardar, nestes casos, o surgimento de estratos intermediários (que avançam com o processo de urbanização), para ter um "terreno" sobre o qual afirmar-se.

Uma vez surgida a indústria, ela ganha impulso explorando, a fundo, as oportunidades abertas pelo poder aquisitivo de uma minoria, integrada pelos estratos de médias e altas rendas. Na medida do possível, deverá buscar, na permanente diversificação de seus produtos, o mercado que não encontra no poder aquisitivo das massas¹²⁷. O homem do campo emigra para as cidades em busca de quaisquer oportunidades que possam livrá-lo das indizíveis condições imperantes no meio rural. Obviamente, o trabalhador rural não traz consigo economias ou mesmo habilidades que lhe permitam constituir um negócio próprio, o que aponta no sentido de maior concentração da propriedade industrial. Não sendo a emigração rural detida pela saturação do mercado urbano de trabalho, tendem a reproduzir-se, nas cidades, os padrões de miséria originários do campo. Conseqüentemente, a camada de mais baixas rendas é, por toda parte, mantida praticamente fora do mercado de produtos industrializados, o que confirma a diversificação como saída para o desenvolvimento manufatureiro. Esta tendência, acarretando a adoção de formas tecnológicas de complexidade crescente, estimula a monopolização precoce e favorece o avanço das empresas internacionais. As disparidades distributivas, o caráter excludente, etc. do universo rural estariam, como vemos, tendendo a reproduzir-se no próprio processo de industrialização.

* * *

Este trabalho teve início com um levantamento de teses e opiniões conflitantes em torno ao papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro. Pretendíamos, então, não

apenas indicar, em breves traços, as mais importantes posições em choque, como evidenciar o desentendimento a respeito de questões maiores e menores, empíricas e metodológicas, existente neste terreno.

Na segunda parte, foi examinado o desempenho da agricultura, de acôrdo com as presumidas funções do setor no processo de desenvolvimento. Mediante confrontos históricos e informações básicas, fomos levados a concluir que a agricultura, grosso modo, atendeu aos requisitos da industrialização, na forma e intensidade em que êles foram formulados.¹²⁸

Se é verdade que a agricultura "funciona" no interior dêste sistema, não é menos certo que algumas de suas mais profundas deformações provêm de características originárias (congênitas mesmo) de nosso universo rural. A partir desta colocação, a maioria das críticas no desempenho da agricultura, rechaçadas na segunda parte, parecem não apenas equivocadas (pois não resistem ao confronto das informações existentes) mas, sobretudo, deslocadas. A moderna industrialização brasileira simplesmente não requer o desempenho de certas funções na forma e em intensidade comparável à de outras experiências históricas. Mais que isto, a ampliação do excedente de alimentos e matérias-primas, possivelmente (no nosso caso) a mais relevante função da agricultura, não exige dela maior esforço. A acomodação à crise externa, mediante reconversão dos fatores disponíveis para a produção destinada ao mercado interno — somada à necessidade de assimilar o contingente de mão-de-obra que o setor urbano não consegue absorver, garantem um elevado ritmo de crescimento do produto agrícola.

A industrialização, na medida em que superava os traços mais evidentes do nosso *status* colonial, era considerada a própria negação de tudo aquilo que o fundamentava; mais precisamente, deveria entrar em choque e definitivamente suplantiar as características maiores de sua base interna — o universo rural. O que se depreende de nossa análise é que, muito pelo contrário, o setor agrícola projetou sua imagem sôbre o mundo urbano-industrial. Conseqüentemente, longe de

livrar-nos das profundas desigualdades e outras características imperantes nos meios rurais, o desenvolvimento urbano-industrial a elas se adaptou — e, generalizando-as, deu maior coerência ao sistema.

NOTAS

¹ Assim, notoriamente, o debate sobre o "estágio" feudal ou capitalista da agricultura brasileira, que centraliza as atenções de muitos, não tem qualquer significado para outros.

² Em outros setores, pelo contrário, os problemas se definiram com clareza — em cada etapa parecia a todos imperioso para o prosseguimento da expansão superar determinados pontos de estrangulamento (energia, transporte, etc.), implantar certos setores de atividade, etc.. O delineamento relativamente preciso de problemas permitia uma maior convergência das teses conflitantes que, nestas áreas, propunham diferentes soluções para os mesmos problemas.

³ Jacques Lambert, *Os dois Brasis*, págs. 101 e 117, Editora Brasileira.

⁴ Jacques Lambert, *op. cit.*, pág. 83.

⁵ J. F. Normano, *Evolução Econômica do Brasil*, págs. 12 a 18, Editora Brasileira.

⁶ Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio*, págs. 32 e 144, Editora Fulgor.

⁷ Antônio Rodrigues Coutinho, *A Estrutura Agrária Brasileira nos Censos de 1950 e 1960*, pág. 32. Vide também de Coutinho Cavalcanti, *Reforma Agrária do Brasil*, Edições Autores Reunidos Ltda., 1961.

⁸ *Ibidem*, págs. 135-6.

⁹ Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil-1500/1820*, págs. 80 e 83, Cia. Editora Nacional; Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, Editora Brasiliense; André Gunder Frank, "Capitalismo e o Mito do Feudalismo no Brasil", *Revista Brasiliense*.

¹⁰ Caio Prado Jr., *A Revolução Brasileira*, pág. 61, Editora Brasiliense.

¹¹ Ignácio Rangel, *A Questão Agrária Brasileira*, 1962, páginas, 1, 14, 29.

¹² Américo L. Barbosa de Oliveira, *O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira*, pág. 53, 1946, Fundação Getúlio

lio Vargas.

¹³ *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, pág. 80, out. de 1961.

¹⁴ Em *Dialética do Desenvolvimento*, por exemplo, afirma na pág. 122 que "a agricultura voltada para o mercado interno... assenta numa estrutura semifeudal".

¹⁵ Celso Furtado, *Perspectivas da Economia Brasileira*, pág. 12.

¹⁶ Celso Furtado, *A Prê-Revolução Brasileira*, pág. 44, Editora Fundo de Cultura.

¹⁷ Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, págs. 154-5 e 161.

¹⁸ Plano Trienal de Desenvolvimento, pág. 140.

¹⁹ Quanto a Furtado, vide "Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste", relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, elaborado sob sua orientação e publicado em 1959.

²⁰ André Gunder Frank, "A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo", *Revista Brasiliense*, pág. 65.

²¹ André Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, pág. 246 e 192, Monthly Review Press.

²² Em ambos os casos, a região menos industrializada é vítima dos mecanismos supracitados, a deterioração das relações de troca, etc.. Celso Furtado, *A Prê-Revolução Brasileira*, Editora Fundo de Cultura, pág. 51

²³ *Plano de Ação Econômica do Governo*, 1964-66, pág. 91 e 93.

²⁴ *25 Anos de Economia Brasileira*, pág. 137. Autores: João Paulo Almeida Magalhães, Heitor Ferreira Lima, Julien Chacel e outros.

²⁵ Vide, por exemplo, Maurício Reis, "O Setor Agrícola no Processo de Desenvolvimento Econômico", *Boletim Estatístico*, nº 98, abril/junho, 1967.

As citações, passando ao nível dos artigos, poderiam estender-se ilimitadamente, do que resultaria num verdadeiro caleidoscópio de opiniões. Dentre as demais opiniões haveria que fazer referência aos que apontam as "práticas rudimentares" como a essência do problema agrícola e até do desenvolvimento brasileiro: "Fala-se tanto de reforma agrária, de modernização da agricultura, de política agrícola etc., mas até agora o Ministério da Agricultura não foi capaz de compreender o verdadeiro papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, nem fixar uma estratégia capaz de evitar que esse desenvolvimento fôsse comprometido pela rotina e pelo empirismo das atividades rurais". ("Papel da Agricultura no De-

envolvimento Econômico Brasileiro", José Almeida — *Correio da Manhã*, 12-12-68).

²⁶"Agricultura e Desenvolvimento no Brasil", *Estudos ANPES*, nº 5, pág. 8, 1966.

²⁷Vide *Problemas da Agricultura Brasileira*, capítulo de "Conclusões", especialmente pág. 98.

²⁸Vide "Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade e dos Preços no Setor Agrícola do Brasil" — *Revista Brasileira de Economia*, junho/set. 1966.

²⁹"Apreciação Geral sobre o Comportamento da Agricultura Brasileira", relatório apresentado no Seminário do Processo de Formulação da Política Governamental, EBAP, FGV, outubro de 1968.

³⁰Esta inversão de ordem, passando a agricultura a encontrar obstáculos nos demais setores, havia ocorrido anteriormente a Ignácio Rangel e inspirado sua concepção da Reforma Agrária. Ignácio Rangel, *op. cit.*

Em "Agricultura, Emprego e Desequilíbrios Regionais — Perspectivas", publicado pela *Revista Brasileira de Economia* setembro de 1968, e incorporada a este volume, a questão do mercado para a produção agrícola torna-se elemento-chave na interpretação das transformações por que tenderia a passar o setor.

³¹*Economic Theory and Agrarian Economics*, Oxford Economic Papers, vol. 12.

³²"Emphasis on Agriculture", de Gustav F. Papanek, em *Leading Issues in Development Economics* — Oxford University Press; e Johnston e Mellor em seu clássico "The Role of Agriculture in Economic Development", *American Economic Review*, setembro de 1961. Ver também Kuznets, Simon: *Economic Growth and the Contribution of Agriculture: Notes on Measurements* em *Agriculture in Economic Development*, coletânea organizada por Eicher, Witt — McGraw Hill, 1964.

³³Inclusive as teses de inspiração marxista podem ser tratadas segundo o esquema acima proposto. Em particular, duas das maiores obras, neste terreno, de Kautsky: *A questão agrária* e *Lenine: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* tratam, em profundidade, questões como: a necessidade da geração e permanente ampliação do excedente obtido na agricultura; e a importância da formação de um mercado "interior" (no campo). Na linguagem aqui adotada, estas são funções básicas da agricultura no desenvolvimento econômico. Os referidos autores diriam que se trata de transformações fundamentais que acompanham o surgimento do capitalismo.

³⁴Antes da Revolução Industrial, dificilmente, e só por curtos períodos, o crescimento populacional saía dos limites definidos pelas taxas 0,1 e 0,3 ao ano. Presentemente, verificam-se, em muitos países, taxas dez vezes superiores àquela taxa mínima.

³⁵ *La Revolución Industrial en el Sec. XVIII*, Paul Mantoux, pág. 165. Ed. Aguilar.

³⁶ *Revolución Industrial y Subdesarrollo*, pág. 86, Paul Bairoch, Siglo Veintiuno Ed. S.A.

³⁷ A Rússia, por exemplo, "começou sua busca do desenvolvimento econômico com um substancial excedente agrícola... esta va capacitada para deslocar um volumoso excedente outrora exportado para o consumo doméstico". Esta situação contrastava vivamente com aquela em que ainda hoje se encontram várias nações afro-asiáticas: "A Índia não cumpriu a mais fundamental pré-condição para o desenvolvimento econômico — a geração sustentada de um adequado e estável excedente alimentar, ou, pelo menos, a redução de seu deficit de alimentos a uma magnitude que o crescimento das exportações de manufaturas possa realísticamente cobrir". — William Nicholls, em "Agriculture in Economic Development", *op. cit.*, págs. 23 e 39.

³⁸ Vide "Modêlo Histórico Latino-Americano", neste volume.

³⁹ O encarecimento do fator trabalho, a valorização do produto exportado ou o barateamento dos transportes eram fatores possivelmente agindo no sentido da avançada divisão regional do trabalho. Vide: "Agricultura e Disparidades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro".

⁴⁰ As referidas atividades são, em regra, altamente absorvedoras de mão-de-obra, o que implica em grandes necessidades de alimentos, tecidos simples, etc.. Vide "Modêlo Histórico Latino-Americano".

⁴¹ A diminuição da rentabilidade das culturas de exportações se acompanha, em regra, do ressurgimento, no próprio seio das atividades orientadas para fora, de lavouras de subsistência. "Modêlo Histórico Latino Americano".

⁴² Neste sentido, não parece certo ver, na capacidade da agricultura de ampliar adequadamente sua produção, uma prova de sua aptidão para "responder" aos requisitos da demanda. A demanda opera, no caso, como um fator limitativo, um *teto* contra o qual investe a agricultura e que, ultrapassado, verificam-se quedas de preços, crises setoriais e regionais.

⁴³ Contrasta com êste quadro a situação de países exportadores de minérios, sobretudo quando determinados fatores (escasso número de mineiros, reduzido custo de importação de alimentos, política das companhias estrangeiras) tenham impedido ou amortecido a expansão de uma agricultura de mercado interno. Neste caso, é mesmo provável que a ampliação das atividades urbano-industriais encontre sérias resistências por parte de uma agricultura desprovida de setores voltados para fora (por conseguinte, de orientação, eminentemente comercial) e não contando com um "setor" voltado para o mercado interno de amplas proporções.

⁴⁴ Foram, de fato, particularmente acentuados os movimentos

migratórios, tanto no sentido agricultura em crise—agricultura em expansão, quanto no sentido campo—cidade. Para o primeiro movimento, vide, por exemplo, *Migração e Colonização no Brasil*, cap. 3, de Geraldo de Menezes Côrtes.

⁴⁵ Quanto ao Norte do Paraná, vide Orlando Valverde, *Planalto Meridional do Brasil*, pág. 180 e seguintes, Conselho Nacional de Geografia, 1957.

⁴⁶ Não fizemos mais que mencionar alguns fatores de fundamental importância; o artigo "Agricultura e Disparidades Regionais" trata, em profundidade, o tema.

⁴⁷ A produção exportável de café, por ex., passa de 28,2 milhões de sacas em 29/30 a 23,2 em 38/9. Dado o elevado peso relativo da cultura, seu retrocesso prejudica seriamente a evolução do todo. (Isto não deve, contudo, ocultar o fato de que a própria involução do café favorecia o avanço de outras culturas — vide "Agricultura e Dinâmica Regional".)

⁴⁸ De 1930 a 1946, cifras obtidas em *Patterns of Brazilian Economic Growth* de Werner Baer e Isaac Kertenetzky; para o período 1947-61, dados apresentados pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65).

⁴⁹ As taxas de crescimento a longo prazo que se seguem foram extraídas de Colin Clark, *The Condition of Economic Progress*, Macmillan and Co. Ltd., cap. 5: EUA (1870-1910) — 1,6; Reino Unido (1860-1930) — 0,7; França (1815-1870) — 2,4 e (1870-1920) — 0,4. Para o Japão, H. Rosovsky e K. Ohkawa admitem a taxa de crescimento líquido de 2,3% ao ano entre 1878 e 1917.

⁵⁰ Segundo Johnston e Mellor, op. cit., isto significa "um formidável desafio para uma economia subdesenvolvida". *Agriculture's Contribution to Development*, op. cit.

⁵¹ *Problemas y Perspectivas de la Agricultura Latinoamericana*, CEPAL, editado por Solar Hachete, Buenos Aires pág. 12

⁵² Entre 1940 e 60 a população rural do país cresceu 37,5% enquanto a urbana crescia de 148% (IBGE, *Atualidade Estatística do Brasil*, 1968). Tais cifras não podem, contudo, ser tomadas como um fiel retrato da passagem de homens das atividades agropecuárias para não-agropecuárias, entre outras razões, porque o conceito de urbanização tem, nas nossas estatísticas, uma definição administrativa (sede do município).

⁵³ A redistribuição da população economicamente ativa em favor das atividades não agrícolas, ainda que não implique, necessariamente, em aumento do consumo total de alimento, impõe certamente uma elevação de produtividade do trabalho agrícola (cabera a uma parcela menor da força de trabalho alimentar a população total — desde que não varie significativamente a importação de alimentos). Nossas atenções não estão, contudo, voltadas para questões de produtividade: o que nos interessa, no momento, é o mercado de produtos agropecuários

e seu atendimento, com ou sem elevação de produtividade.

54 Schultz, T. W., *La Organización Económica de la Agricultura*, Fondo de Cultura Económica, págs. 49 e seguintes, pf. 155, 6, 7.

55 Para uma estimativa extremamente grosseira de tal fato, poderíamos utilizar as seguintes informações. Admitindo que o produto real tenha mais que quintuplicado (passando do valor 73 para o valor 392, sendo 1930 = 100), enquanto a população pouco mais que dobrava (passando de cerca de 35,6 a aproximadamente 75 milhões de habitantes) no período 1932-62, conclui-se que a renda *per capita* algo mais que dobrou. Admitindo-se que seu valor fôsse de cerca de 350 dólares no último ano, infere-se que estava algo por baixo de 175 dólares em 1932. Admitamos que estivesse no entorno de 150 dólares; êste seria ainda um nível claramente superior ao de comunidades em que a quase totalidade da renda marginal (mais de 75%) é dedicada a produtos agrícolas. A série de produto real é de *Patterns of Economic Growth*, *op. cit.* Quanto a relações entre nível de renda e consumo de alimentos, vide, por exemplo, Schultz, *The* *odore: La Organización Económica de la Agricultura*, *op. cit.*

56 Em "Reflexões sôbre o Modelo Brasileiro", procura-se caracterizar o ocorrido com a distribuição das rendas e apontar suas implicações sôbre a evolução de vários setores.

57 De 1947 a 1966, os impostos diretos e indiretos (inclusive Contribuições para Previdência Social) passaram de 14,7 a 29,2% do Produto Bruto Interno (Contas Nacionais — FGV).

58 Estimativa utilizada no Plano Estratégico do Govêrno para 1968-70, vol. II, capítulo I.

59 Fazendo 1938/39 = 100, em 1962 as exportações brasileiras de matérias-primas agrícolas seria de 114, enquanto que a de alimentos e bebidas seria de 65. Ruy M. Paiva, *Reflexões sôbre...*, *op. cit.*, pág. 128.

60 "Trends of International Trade", GATT, Genebra, 1958. Para uma interpretação do fenômeno e suas implicações, veja-se *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, Raul Prebisch, 1949. Um exame atualizado do tema foi feito por Nurkse em *Patterns of Trade and Development*, Basil Blackwell.

61 Ruy Miller Paiva, em interessante trabalho, mostrou como seria difícil atingir preços competitivos no mercado externo mesmo para certos produtos (arroz e milho) em que reunimos as vantagens de sermos produtores marginais e estarmos bem equipados, em princípio, para enfrentar a competição internacional. Vide "Bases de uma Política para a Melhoria Técnica da Agricultura Brasileira" — RBE, junho, 1967.

62 O Estado de São Paulo, de longe o melhor equipado para exportar (em terras, mão-de-obra, capacidade gerencial, sistema comercial-financeiro e apoio governamental), reduziu a á-

rea cultivada com lavouras de exportação de 67% para 39% entre 1944 e 1962. "Problemas Básicos da Agricultura Paulista" CIBPU, 1964, pág. 41.

⁶³O período em que a substituição de importações se revelou importante para o crescimento da agricultura foi, no Brasil, a década 1910-20 e, particularmente, os anos correspondentes à I Grande Guerra. "Agricultura e Disparidades Regionais".

⁶⁴"Agricultura e desenvolvimento no Brasil", pág. 190. Vide, no mesmo estudo, considerações sobre distintas hipóteses de elasticidade-renda e de crescimento da renda *per capita*.

⁶⁵Delfim, *op. cit.*, pág. 195-6, e Ruy Miller Paiva em *Reflexões...*, *op. cit.*, pág. 115. Ver ainda Ruy Miller Paiva em *Apreciação Geral sobre o Comportamento da Agricultura no Brasil*, *op. cit.*, pág. 14, 18. Sem entrar na discussão dos índices, convém advertir que o Plano Trienal (63-65), que afirma a ocorrência de uma queda dos preços relativos das manufaturas, emprega os deflatores implícitos setoriais. As séries disponíveis de preços por atacado levariam, no entanto, a conclusões contrárias e o índice de preços a nível dos produtores, construído pela Secretaria de Agricultura de São Paulo, confirmaria a inexistência de uma tendência em favor dos produtos agrícolas.

⁶⁶O peso relativo dos referidos ramos no produto industrial evoluiu de 21,3 a 37,2% de 1956 a 1965. "Brasil 66 — A Evolução Recente da Economia Brasileira" —mimeografado — Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE.

⁶⁷De 1955 a 1965, o peso relativo dos salários no valor da transformação industrial, passou de 32,9 a 24,4. Wilson Cano, "Industrialização e absorção de mão-de-obra no Brasil", *Indústria e Produtividade*, nº 1, junho, 1968.

⁶⁸Esta, segundo Paul Mantoux (167), a função histórica do "fechamento dos campos na Inglaterra: "Assim os *enclosures* e o controle do solo pelos grandes proprietários rurais têm como consequência última pôr à disposição da indústria uma grande quantidade de forças sem emprego". Marx, que analisa o mesmo fenômeno, chama a atenção para o fato de que a mão-de-obra chegada à cidade iria integrar uma nova classe social que se caracterizava por não dispor senão de sua força de trabalho (enquanto camponeses e artesãos possuíam seus meios de produção, etc.).

⁶⁹Cáberia indagar se o desenvolvimento flagrantemente desequilibrado do mundo como um todo, não obstante o dinamismo da "economia internacional", não reflete, em escala mundial, a ocorrência de um fenômeno desta natureza.

⁷⁰A população economicamente ativa compreendida no primário passou de aproximadamente 9 para cerca de 12,2 milhões de trabalhadores. No mesmo período (1940-60) o secundário ampliava seu contingente de 1,4 para no entorno de 3 milhões de trabalhadores. Censos demográficos, IBGE.

71 Vide Paul Mantoux, *op. cit.*, cap. III e Karl Marx, *O Capital*, vol. I, cap. XXVII.

72 Referimo-nos, especialmente, às últimas décadas do século XIX. A propósito, vide "The Share of Agriculture in a Growing Population", Folke Doving, em *Agriculture in Economic Development*, *op. cit.*, pág. 89.

73 Vide "Reflexões sobre o Modelo Brasileiro".

74 Este último fator deve ter tido grande influência na determinação dos padrões distributivos de nossos meios urbanos: o homem que chega à grande cidade, oriundo das regiões latifundiárias, não tem chance de estabelecer-se como pequeno comerciante, de montar oficinas, etc.. Os padrões distributivos do campo, caracterizados (exceto no sul do País) pela ausência da pequena e da média propriedade iriam, pois, reproduzir-se nos meios urbanos. Nos EUA, a maior capacidade de penetração e afirmação, no mundo urbano, dos indivíduos provindos da agricultura do oeste sobre os do sul (onde imperava a grande unidade rural do tipo *plantation*) foi realçada por Douglas North, em seu já citado *Aspects of Economic Growth — 1815-60*.

75 Chegamos aqui ao limiar de várias questões especificamente tratadas em "Reflexões sobre o Mercado Brasileiro".

76 Para efeitos desta apreciação, o "pioneiro" do oeste americano assemelha-se ao camponês do Velho Mundo.

77 Sua inserção social encobre, contudo, uma divisão entre: funções econômicas — que lhe cabem — e funções outras, militares, administrativas, religiosas, etc., a cargo de diferentes estratos sociais.

78 "O camponês foi, finalmente, forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro!" *A Questão Agrária*, Karl Kautsky pág. 28, Gráfica Editôra Laemmert S.A., 1968.

79 R. E. Cameron: "Economic Growth and Stagnation in France, 1815-1914", em *The Experience of Economic Growth*, editado por Barry E. Supple, pág. 336.

80 "A reputação dos franceses não se baseava na fabricação de artigos baratos em grande escala e sim na produção de bens industriais de luxo, de alta qualidade" *A Revolução Industrial no Continente — Alemanha, França e Rússia*, W. O. Henderson, Edição do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, pág. 92.

81 *Ibidem*.

82 Nurkse está se referindo ao que denomina "Modelo de Expansão para o Mercado Interno" e supõe que se parta de uma situação de baixa renda *per capita*. Ragnar Nurkse — *Patterns of Trade and Development*, Basil Blackell, Oxford, 1962, pág.

nas 41, 42.

⁸³ *O Capital*, vol. I, pág. 820 (The Modern Library, New York). O aprofundamento e detalhamento do ponto de vista marxista sobre a formação (e importância) do Mercado Interno foi realizado, entre outros autores, por Lênin: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, *op. cit.*

⁸⁴ H. J. Habakuk, "Experiencia Histórica del Desarrollo económico", reimpresso pelo Instituto de Desenvolvimento Económico do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, em *Estudios sobre Desarrollo Económico*, pág. 14. Dentre as (poucas) teses que não atribuem ao mercado agrícola uma importante função no processo de desenvolvimento, destaca-se o modelo de dois setores de A. Lewis. Lewis compensa esta ausência defendendo o desenvolvimento manufatureiro voltado para fora — o que transfere a discussão para outro plano (e nada tem a ver com o ocorrido no Brasil no período de sua "moderna industrialização"). O modelo de Lewis é apresentado em "Desenvolvimento com Oferta Limitada de Trabalho", *op. cit.*, e sua defesa da exportação de manufaturas "leves" pelos subdesenvolvidos consta, por exemplo, de "Industrialization in the Gold Coast" em *Leading Issues in Economic Development*, Oxford University Press, 1964, pág. 322. Vide, a esse respeito, comentários de Nurkse em *Patterns*, *op. cit.*, a partir da pág. 36, capítulo: "Industrialização para o Mercado de Exportações".

⁸⁵ K. Ohkawa e T. Rosovsky "Agriculture in Modern Japan" — *Agriculture in Economic Development*, *op. cit.*, pág. 51, Segundo estes autores, só nas primeiras décadas do séc. XX, a estrutura institucional da agricultura japonesa começou a chocar-se com os requisitos do processo de desenvolvimento. "Por volta de 1918, a organização tradicional e a rígida unidade de produção tinham-se tornado um fator limitativo para a continuidade do desenvolvimento" (pág. 68).

⁸⁶ Gustav Ramis, "The Financing of Japanese Economic Development", *Experience of Economic Growth*, pág. 403. É de observar-se, a propósito, que o próprio vulto da extração de recursos explica, em grande medida, a incapacidade da agricultura de fornecer mercados para artigos de consumo. Fornecer capitais em ampla escala e criar mercado são funções em princípio pouco compatíveis. Isto, aliás, também se observa no modelo soviético, em que a agricultura também operou como grande fonte de recursos para a realização de investimentos em outros setores.

⁸⁷ "Pode ser afirmado, sem dúvida, que dificilmente se encontrará exemplo de uma importante indústria do gênero ocidental, cuja implantação, nas últimas décadas do século XIX, não se deve à iniciativa estatal". (G.C. Allen: *A Short Economic History of Japan.*)

⁸⁸ "Se o estabelecimento e crescimento das indústrias mais capitalizadas e dos serviços básicos pode ser atribuído, principalmente, à iniciativa governamental, a implantação de outras indústrias e a expansão de outras preexistentes decorre,

em grande medida, da resposta dos empreendimentos privados a oportunidades representadas pela abertura do país para o comércio exterior..." "Estabelecendo fábricas de cimento vidro e materiais de construção, êle (o Governo) esperava substituir importações por artigos de produção doméstica." (G. A. *A Short Economic History of Modern Japan*, págs. 32, 33 e 35 — Unwin University Books.)

89 Também a título de consumo intermediário (demanda de fertilizantes, máquinas, etc.), poder-se-ia adicionar que a agricultura não colaborou, em escala apreciável, para a formação do mercado brasileiro de manufaturas.

90 *Patterns of Brazilian Economic Growth, op. cit.*

91 Ainda que a debilidade da base de que partia a indústria explique, em parte, o enorme crescimento relativo, convém lembrar que a expansão industrial analisada por outros critérios (pêso relativo, do produto industrial na estrutura do produto, grau de diversificação setorial, etc.) também revelaria resultados notáveis. Vide, por exemplo, "A Industrialização Brasileira, Diagnósticos e Perspectivas" — IPEA, 1968.

92 A êste propósito, seria útil chamar a atenção para o seguinte: não se está aqui, obviamente, negando a notória exclusão das massas rurais do mercado de manufaturas (sobretudo no que se refere àqueles ramos industriais que mais se desenvolveram nas últimas décadas). O que, sim, se afirma, como igualmente inegável é que isto não impediu o crescimento extremamente rápido da indústria. O objetivo da questão acima formulada é, pois, de chamar a atenção sobre as possíveis implicações (ou "deformações") resultantes de uma tal exclusão.

93 Vide *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Jr., Editôra Brasiliense. Comprovam e ilustram a tese de Caio Prado Jr., no que se refere à inexistência de uma economia baseada na unidade familiar camponesa, vários trabalhos dedicados a classificar e comentar os tipos dominantes de relações econômicas no campo e seu revestimento jurídico. Destacam-se: *Quatro Séculos de Latifúndio, op. cit.*; "A Estrutura da Sociedade Rural do Brasil", de L. A. Costa Pinto em: *Sociologia do Desenvolvimento*; "A Constituição do Proletariado Agrícola no Brasil", de Otavio Ianni, na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, outubro 1961, e outros trabalhos.

94 Vide *Agricultura e Disparidades Regionais*.

95 *Ibidem*

96 "Dez anos depois de cessado o tráfico, a lavoura cafeeira ainda se apoiava, na sua quase totalidade, no braço escravo. Êstes foram deslocados de outras atividades para a lavoura do café. Reduziu-se o plantio de gêneros de primeira necessidade". Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pág 131. Editôra Difusão Européia do Livro.

97 "Fazer vir de fora, com mais facilidade, o que era neces

sário à vida das fazendas, permitindo aos seus moradores dedicarem-se exclusivamente a uma só cultura... repercutiu profundamente na economia da região..." Viotti da Costa, *op. cit.*, pág. 177.

⁹⁸ Heitor Ferreira Lima em *A Evolução Industrial em São Paulo* informa que de nove indústrias têxteis, fundadas no Estado de São Paulo até 1891, cinco estavam em Itu, Sorocaba e Tatuí, zonas cafeeiras então no auge.

⁹⁹ *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antônio Cândido, Livraria José Olympio.

¹⁰⁰ Vide "Modelo Histórico Latino-Americano". E, para um tratamento aprofundado da dinâmica do processo, "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", *op. cit.*

¹⁰¹ Esta questão não é, de fato, objeto deste ensaio, sendo efetivamente tratada em "Reflexões sobre o Modelo Brasileiro".

¹⁰² Evitamos empregar neste trabalho, sistematicamente, os conceitos de demanda ou mercado "potenciais". Eles nos pareceram duplamente enganosos: primeiro, porque se referem, em regra, às necessidades humanas e não ao poder de compra exercido em mercado, ou seja, supõem um outro sistema social ou, no mínimo, uma efetiva redistribuição social da renda; além do mais, porque, referidos à população, ignoram os fatores que co-determinam a produtividade do trabalho, explicando a formação de renda total e, por conseguinte, o mercado global. Convém lembrar que o uso do termo mercado "potencial", referido à população, levaria, por exemplo, a dizer que a Índia tem um mercado potencial mais que duas vezes superior ao americano e que o Haiti tem um mercado potencial aproximadamente igual ao da Suíça.

¹⁰³ O raciocínio acima são inválida (mantidos os padrões distributivos vigentes na atualidade) a possibilidade de um ciclo expansionista agrícola, orientado para o mercado interno. O aumento das exportações agrícolas, contudo, escapa às limitações acima apontadas. Não nos parece viável, no entanto, um crescimento das exportações primárias, compatível com a ordem de grandeza do problema colocado: a correção (ou atenuação significativa) do atraso relativo da agricultura. Há que ter em conta que os números aqui envolvidos são da ordem dos milhões para a força do trabalho e de dezenas de milhões para os hectares de terra utilizada. Tampouco a melhoria do deficiente sistema de comercialização poderia alterar o quadro em questão. A diminuição do valor retido nas funções intermediárias tende a resultar em redução de preços, o que, tida em conta a elasticidade-preço da demanda (em princípio baixa e que poderia ser estimada em $-0,8$) determina uma ampliação do mercado. Dado que isto não elimina nenhum dos fatores histórico-estruturais, opera como um avanço pelo qual a agricultura dá passos adiante, mas volta a defrontar-se com os mesmos problemas. Vide "Agricultura, Emprego e Desequilíbrios Regionais — Perspectivas".

104⁰ que simplifadamente pode ser apresentado mediante os conceitos de elasticidade-renda e preço; no que toca à expansão do sistema como um todo a agricultura é entravada pela baixa elasticidade-renda da demanda; a um determinado nível de renda, qualquer aumento significativo da oferta agrícola se traduz em fortes quedas de preço que refletem a relativa inelasticidade-preço da respectiva demanda.

105⁰ Note-se que esta é, redefinida, a preocupação daqueles que crêem estar a agricultura entravando o desenvolvimento industrial pela insuficiência de sua procura de manufaturas.

106⁰ Além das indústrias voltadas para a demanda final, haveria que ter em conta tãda a sua retaguarda, composta pelas em^{pr}sas que correntemente as abastecem.

107⁰ Um grande número de unidades do complexo dinâmico não são mais que filiais de em^{pr}sas de âmbito internacional, o que favorece enormemente o movimento.

108⁰ Não há dúvida que, atingidos pelo efeito demonstração que lhes vem dos estratos superiores, da vida citadina, etc., teriam uma certa tendência a preferir símbolos da sociedade moderna em prejuízo da alimentação e de outras necessidades. Mas deveriam, em princípio, reproduzir a estrutura de gastos daqueles indivíduos que, anteriormente, dipunham de padrões algo mais elevados de renda e, assim, dado o nível de que partem, não deveriam escapar, em linhas gerais, ao orçamento típico dos estratos de renda baixa (ainda que a um nível superior ao de estrita subsistência).

109⁰ Vide "Agricultura, Emprêgo e Desequilíbrios Regionais — Perspectivas".

110⁰ Quanto aos problemas colocados pelo escoamento do produto adicional, pela tendência ao desemprego de mão-de-obra etc., vide "Agricultura, Emprêgo e Desequilíbrios Regionais — Perspectivas".

111⁰ O declínio dos preços relativos dos alimentos (por exemplo) permite reduções de salários nominais, o que reforça o processo de acumulação fora da agricultura.

112⁰ Simon Kuznets, em Eicher Witt, *op. cit.*, pág. 115.

113⁰ Vide tópico anterior dêste trabalho e, em particular, "Apreciação Geral sôbre o Comportamento da Agricultura Brasileira", R. M. Paiva, *op. cit.*, capítulo II, item 2.

114⁰ Além do mais, como é bem sabido, a agricultura voltada para o mercado interno tinha ligações muito menos estreitas com os demais setores.

115⁰ *Formação Econômica do Brasil*, cap. 32 — "Deslocamento do Centro Dinâmico". Vide também Werner Baer, *op. cit.*

116⁰ Affonso de Taunay, *Pequena História do Café no Brasil*.

Carlos Manuel Pelaez em *A Balança Comercial, A Grande Depressão e a Industrialização Brasileira*, procura mostrar que grande parte dos recursos empregados na política da sustentação do café provinha da própria lavoura em crise (impostos sobre exportações, etc.). R.B.E., março, 1968.

117 Sendo igual a 100 a relação entre o preço do café e o dos demais produtos em 1929, em 1940 teríamos os seguintes valores: 59 para a relação preço do café/preço do algodão; 50 para café/açúcar; 55 para café/milho e 55 para café/farinha de mandioca. Vide Henry W. Spiegel, *The Brazilian Economy*, pág. 174, The Blakiston Company, 1949.

118 As enormes dificuldades para a importação de equipamentos determinavam, porém, que o aumento de produção no período se fizesse predominantemente através de um mais intenso aproveitamento da capacidade instalada — o que implica, sobretudo, em maiores necessidades de capital de giro e não tende a acarretar a "abertura" das empresas para a absorção de capitais...

119 Luciano Martins, *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento*, Editora Saga, 1968.

120 "Tudo indica que as indústrias absorveram, pelo mecanismo indicado, algumas centenas de milhões de dólares que constituíram, para ela, verdadeiros ganhos de capital". (*O Desenvolvimento Econômico do Brasil* — Grupo Misto BNDE-CEPAL), pág. 185, 1957.

121 Vide "Reflexões sobre o Modelo Brasileiro".

122 Por exemplo, William H. Nichols em *The Place of Agriculture in Economic Development*, Eicher Witt, *op. cit.*

123 A referência a atividades "primárias" permite lembrar que algumas das considerações daqui por diante poderiam ser aplicadas aos países que na fase pré-industrial tenham se especializado na produção e exportação de matérias-primas minerais.

124 Vide "Modelo Histórico Latino-Americano",

125 O aprofundamento do tema exigiria o exame de diferentes "casos" de industrialização concebíveis a partir de um mesmo conjunto de pré-condições e diferenciados por fatores até aqui não considerados: tecnologia da época, origem dos capitais, importância das exportações, etc.. Vide "A Industrialização Descentralizada no Brasil" e "A Industrialização Recente do Nordeste".

126 Referimo-nos, apenas, às atividades econômicas integradas no mercado.

127 Vide *Patterns of Development in Newly Settled Regions*, Robert E. Baldwin, Eicher Witt, *op. cit.*, e "Modelo Histórico Latino-Americano".

128 Além do mais, como vimos, a única forma pela qual a agricultura poderia, daqui por diante, frear a expansão industrial — a suposta insuficiência do mercado rural de produtos industriais — deve, ao que parece, ser posta de lado. É suficiente que prossiga a consolidação da estrutura agrária fundamentada na grande exploração capitalista através da absorção de métodos mais modernos de produção e que isto se acompanhe de uma elevação e modernização dos padrões consuntivos dos proprietários rurais, para que seja estimulado o setor industrial exatamente na forma e orientação que lhe convém. Vide "Agricultura, Emprêgo e Disparidades Regionais — Perspectivas".

SIMONSEN, Mário Henrique. "O Gargalo Externo". In: __. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro, APEC Ed. S.A., 1969. cap. 6, p. 151-79..

1. O Desenvolvimento introvertido

Uma das características mais salientes da evolução econômica brasileira nos últimos cinquenta anos foi o seu acentuado sentido de introversão. De uma economia reflexa, fortemente apoiada na exportação de produtos primários, transformo-nos num país com alto índice de integração industrial e baixo coeficiente de dependência em relação aos suprimentos externos. Qualitativamente essa introversão foi, em boa parte, o resultado do próprio processo de desenvolvimento. Contudo, as suas dimensões numéricas são se explicam pelo descaso quase sistemático com que foi tratado o problemas das exportações.

Vários indicadores estatísticos documentam essa que da progressiva da participação do comércio exterior em nosso produto interno bruto (Quadro 24). Usando cruzeiros de 1939, a fim de filtrar a influência das mudanças de preços relativos, o coeficiente de importação¹ caiu da média de 22,4%, entre 1920 e 1929, para 6,1% entre 1961 e 1967. Em termos físicos, o aumento das importações (medidas não em toneladas, pois não há sentido em somar quantidades heterogêneas, mas por meio de um índice apropriado, que inclui as diversas mercadorias proporcionalmente aos seus preços relativos) foi extremamente lento: 2,4% ao ano entre 1920 e 1967 e apenas 0,3% ao ano entre 1947 e 1967 (taxas de crescimento da tendência exponencial). Mais lenta ainda foi a expansão física das exportações:

QUADRO 24 - CONTINUAÇÃO

1940..	86,2	81,1	93,5	75,8	4,2	48,1	8,7
1941..	88,1	89,5	105,1	94,1	4,3	57,8	7,4
1942..	59,9	78,3	109,4	85,7	2,9	57,7	5,0
1943..	71,4	84,0	109,0	91,6	3,5	61,4	5,7
1944..	86,0	83,9	126,0	105,8	4,2	60,0	7,0
1945..	91,8	82,1	143,6	117,9	4,5	61,7	7,3
1946..	122,5	106,5	142,7	151,9	6,0	66,7	9,0
1947..	197,9	101,7	153,9	156,5	9,7	68,1	14,2
1948..	170,8	106,4	144,6	153,8	8,4	74,5	11,3
1949..	175,4	98,4	152,5	150,0	8,6	78,7	10,9
1950..	196,8	83,3	253,4	211,2	9,6	82,6	11,6
1951..	289,0	88,8	248,7	220,8	14,2	86,9	16,3
1952..	262,3	72,6	220,7	160,2	12,9	91,7	14,1
1953..	181,3	80,3	226,4	181,6	8,9	94,7	9,4
1954..	243,7	68,4	292,4	200,0	1,9	102,0	11,7
1955..	193,4	78,5	230,4	180,8	9,5	108,9	8,7
1956..	190,3	84,1	233,4	196,2	9,3	110,9	8,4
1957..	231,9	79,6	233,6	186,0	11,4	118,6	9,6
1958..	217,9	75,5	227,5	171,8	10,7	126,4	8,5
1959..	245,2	88,4	222,0	196,2	12,0	135,7	8,8
1960..	243,2	86,2	209,3	180,4	11,9	144,8	8,2
1961..	231,0	91,3	208,7	190,5	11,3	155,3	7,3
1962..	233,5	84,6	195,0	164,9	11,4	163,6	7,0
1963..	226,6	96,7	190,3	184,0	11,1	166,3	6,7
1964..	196,4	82,9	230,1	190,8	9,6	171,4	5,6
1965..	162,6	82,9	243,6	201,9	8,0	178,1	4,5
1966..	210,9	94,3	223,3	210,6	10,3	184,1	5,6
1967..	233,4	82,9	239,1	198,2	11,4	193,2	5,9

75 Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

1,0% ao ano entre 1920 e 1967 e — 0,3% ao ano (declínio absoluto, portanto) entre 1947 e 1967. De fato, o descompasso entre o crescimento das importações e o das exportações só pôde ser sustentado por dois motivos: primeiro pelo aumento substantivo da dívida externa, segundo porque, contrariamente ao que alegam os estruturalistas e nacionalistas entre aspas, as relações de troca, embora flutuando freqüentemente, tenderam a evoluir em nosso favor. Ainda assim, nos primeiros anos do corrente decênio, andamos à beira da insolvência internacional.

Como foi dito acima, a queda da participação do comércio exterior no produto interno bruto em parte se pode atribuir ao próprio desenvolvimento econômico. Primeiro, porque o aumento da renda per capita acarreta o crescimento mais que proporcional do consumo de serviços, os quais dificilmente podem ser objeto de importação. Segundo, porque a nossa pauta tradicional de exportações se compunha de produtos de procura internacional acentuadamente inelástica, a qual não teria como se expandir às taxas alcançadas pelo nosso produto real. Contudo, êsse último efeito poderia ter sido bastante amenizado por um amplo esforço de diversificação das exportações. Esse esforço não parece ter sido empreendido em escala apreciável. Fora o substancial aumento das nossas exportações de minério de ferro (ainda que muito retardado por certos preconceitos ditos nacionalistas), fora a significativa expansão das exportações de açúcar (favorecidas pela incorporação de Cuba ao bloco comunista), e fora as incursões ainda modestas no campo das exportações de manufaturas (especialmente propiciadas pela criação da ALALC), poucas alterações de monta se registraram na composição de nossas vendas ao exterior. Como se verifica no Quadro 25, ainda em 1967, os gêneros alimentícios eram responsáveis por 62,4% da nossa receita de exportações.

De fato, a introversão econômica do Brasil parece ter sido coadjuvada por uma série de fatores que inibiram a expansão das exportações. Sobre êles valem alguns comentários.

Em primeiro lugar, os últimos cinquenta anos abran-

geram alguns períodos em que a conjuntura mundial se mostrou bastante desfavorável à expansão do comércio. A Grande Depressão do decênio de 1930 nos custou considerável declínio na receita cambial, e gerou o mais severo desestímulo às exportações. A Segunda Guerra Mundial, se nos favoreceu pela melhoria das relações de troca, prejudicou o volume de nossos embarques para o exterior e, mais ainda, nos compeliu ao drástico racionamento das importações. Esses períodos nos levaram à convicção de que é preferível pagar um certo preço pela relativa auto-suficiência econômica, em termos de desvios ao clássico princípio das vantagens comparativas, do que ficar sujeito aos azares da conjuntura mundial. Em suma, num mundo dominado pela vocação nacionalista, não seria lucrativo aderir à filosofia internacionalista.

Em segundo lugar, desde o término da Segunda Guerra Mundial até 1964, a taxa de câmbio foi sistematicamente fixada em níveis fortemente desestimulantes para as exportações. Entre 1948 e 1953 a taxa de Cr\$ 18,50 por dólar foi artificialmente sustentada, não obstante a ponderável inflação interna, pelos controles da CEXIM. De 1953 a 1957, entre as taxas pagas aos exportadores e as cobradas aos importadores, interpunha-se um considerável saldo dos ágios sobre bonificações. E, a partir de 1957, esses saldos foram substituídos pelas mais ousadas alíquotas da lei das tarifas aduaneiras e ainda pela manutenção do regime das taxas múltiplas de câmbio. A tendência a reprimir a inflação pelos sintomas, já descrita no capítulo anterior; o temor de que uma desvalorização mais realista se tornasse a causa da alta interna dos preços dos produtos de exportação; o desejo de subsidiar as importações de matérias-primas e bens de capital; e a negligência com o endividamento externo desordenado, parecem ter sido as principais motivações dessa política cambial. Desde 1964 o Brasil vem procurando adotar um regime cambial bem mais realista e que culminou, em 1968, com a instituição do sistema de taxas flexíveis (ou reajustáveis em pequenos graus). É de se confiar que essa política, se sustentada a longo prazo, produza bons resultados.

Em terceiro lugar, o Brasil sempre tendeu a explo-

QUADRO 25

VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR
GRANDES CLASSES
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL: 1955/1967

ANO	Matérias- -Primas	Gêneros Alimen- tícios	Produtos Químicos	Máqui- nas e Veículos	Outros Produtos	TOTAL
1955..	24,2	74,2	0,8	0,2	0,6	100,0
1956..	19,3	79,3	0,5	0,1	0,8	100,0
1957..	23,3	75,0	0,5	0,1	1,1	100,0
1958..	22,1	76,0	0,6	0,1	1,2	100,0
1959..	22,6	75,4	0,6	0,2	1,2	100,0
1960..	23,4	73,7	1,0	0,2	1,7	100,0
1961..	29,8	66,5	1,4	0,8	1,5	100,0
1962..	31,8	65,2	1,2	1,0	0,8	100,0
1963..	28,2	68,8	1,2	0,8	1,0	100,0
1964..	30,3	64,4	1,2	1,3	2,8	100,0
1965..	30,5	61,8	0,9	1,8	5,0	100,0
1966..	29,7	64,5	1,4	1,9	2,5	100,0
1967..	28,3	62,4	1,7	2,6	5,0	100,0

Fonte: APEC

rar ao máximo as vantagens monopolistas de curto prazo no comércio internacional, sem maiores atenções quanto aos e feitos, a longo prazo, desse tipo de política. Os famosos ci clos de esportações de nossa História Econômica (lembremo- nos, por exemplo, da era da borracha) são a melhor testemu nha dessa nossa propensão. Como assinala o professor Octá- vio Gouveia de Bulhões, parecemos contaminados por aquela mentalidade mercantilista que procura maximizar os lucros pela criação da escassez artificial do produto, e não pelo aproveitamento das vantagens de produção em larga escala. (O Dicionário Webster's define "valorization" como palavra de origem brasileira, destinada a descrever a alta artifi- cial de preços do café.) A curto prazo, o efeito dessa po- lítica costumava ser a melhoria da receita cambial. A lon- go prazo, a contínua cessão da nossa faixa de mercado para os concorrentes externos. Assim, a nossa participação nas exportações mundiais de café, de 63% entre 1919 e 1922 caiu para 32% entre 1964 e 1966.

Em quarto lugar, durante muito tempo fomos dominados por uma ojeriza sistemática à exportação de recursos do subsolo. A idéia de que essas exportações deixavam buracos na terra; o temor de que êsses recursos algum dia nos viesse a fazer falta; a incompreensão do fato elementar de que um produto primário necessariamente possui o menor valor por tonelada do que um produto manufaturado, mas que isso nada tem a ver com os lucros da exportação, foram algumas das razões que retardaram consideravelmente a nossa participação no mercado mundial de minério de ferro — ao ponto em que o desenvolvimento da sinterização e da peletização reduziram os tão decantados méritos da nossa hematita compacta. Isso em flagrante assimetria com a nossa posição de importadores de petróleo, carvão, enxôfre e outros recursos do subsolo.

Em quinto lugar, muitas oportunidades de exportação foram perdidas pelo temor de que o seu aproveitamento levasse a uma escassez interna do produto e ao conseqüente racionamento ou alta de preços. Num período em que o Govêrno se esforçava por conter os sintomas da inflação, êsse sempre parecia constituir um argumento ponderável, e que se transformou no obstáculo mais sério à expansão das nossas exportações de carne e outros gêneros alimentícios.

Em sexto lugar, freqüentemente nos mostramos propensos a resolver os problemas de comércio internacional por decisões unilaterais, esquecendo que êsse comércio é uma avenida de mão dupla. Para citar um exemplo, somos intransigentemente avessos às chamadas importações supêrfluas, mas não nos lembramos de que o café e o cacau, tão relevantes na nossa pauta de exportações, não são assim tão essenciais. Durante muito tempo, discutimos se, ao invés da hematita, não seria preferível exportar o gusa, como se essa decisão pudesse ser por nós imposta às siderúrgicas externas, num mundo de intensa concorrência na oferta de minérios. É claro que êsse tipo de atitude dificulta a obtenção de concessões tarifárias da parte de outros países.

Em sétimo lugar, o nosso estilo autárquico de desenvolvimento foi muito pouco favorável à expansão das exporta-

ções. Dentro das metas de auto-suficiência, as novas indústrias se desenvolveram no decênio de 1950 obcecadas pelos índices da nacionalização, e pouco preocupadas com o desempenho dos custos. Isso, naturalmente, não era o método de construir uma indústria preparada para enfrentar o mercado externo.

Por último, os entraves burocráticos e portuários. Por muito tempo as nossas exportações foram obstadas pela verdadeira via crucis burocrática imposta a quem quisesse vender qualquer coisa ao exterior. Nos últimos anos, a CACEX se vem esforçando por simplificar esses processos, mas ainda há o que melhorar nesse sentido. Além disso, os nossos transportes, em geral, e os portos, em particular, nem primam pela eficiência nem pelos baixos custos. Esses, obviamente, são sérios obstáculos adicionais à expansão e à diversificação das nossas exportações.

Qual o problema daqui para o futuro? Paradoxalmente, em certo sentido, somos, hoje, muito mais dependentes do comércio com o exterior do que há cinquenta anos atrás, não obstante o considerável declínio do coeficiente de importações. Isso porque a nossa pauta de compras ao exterior já não contém os mesmos itens compressíveis e rapidamente substituíveis do passado. Um país importador de bens supérfluos pode adaptar-se facilmente a uma queda brusca da sua receita cambial, sem maiores problemas econômicos internos. De certa forma, isso foi o que nos ocorreu na Grande Depressão do decênio de 1930. Hoje, porém, seríamos muito mais vulneráveis a uma queda dessa ordem na capacidade para importar.

É impossível prever, com segurança, a evolução do nosso coeficiente de importações para os próximos trinta anos. Isso, obviamente, dependerá de como se desenvolvam a tecnologia e os mercados, e do que venhamos a descobrir em matéria de recursos naturais. Tudo indica, porém, que as dificuldades de redução do coeficiente de importações se tornarão cada vez mais acentuadas. Primeiro, porque o caminho da substituição das compras no exterior já foi, em grande parte, percorrido. Segundo, porque dificilmente um país se aproxima da auto-suficiência em matéria de recursos naturais. Terceiro, porque boa

parte das nossas importações são representadas por bens de capital que só podem ser fabricados economicamente numa escala de mercado mundial. Quarto, porque a média dos atuais produtos de importação parece possuir demanda elástica em relação à renda; se isso for verdade, será necessário certo esforço de substituição, simplesmente para evitar que o coeficiente de importações aumente.

Essas considerações levam à convicção de que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil no pós-guerra, o da introversão econômica com exportações estagnadas, dificilmente se poderá reproduzir nos próximos trinta anos. Como sugerem os exercícios analíticos das duas próximas seções, ou expandimos, com apreciável impulso, as nossas vendas ao exterior, ou sofreremos o bloqueio das nossas possibilidades de crescimento pelo gargalo da capacidade para importar.

2. O modelo dos três limites

Um tipo de exercício muito popularizado nos estudos recentes sobre desenvolvimento econômico corresponde àquilo que se poderia intitular "o modelo dos três limites". O exercício consiste em calcular as possíveis taxas de crescimento do produto real, segundo três critérios: pela projeção do aumento da população ativa e da sua produtividade média; pela projeção da taxa de investimentos e da relação capital/produto e pela projeção das exportações e do coeficiente de importações. O limite mais apertado indicará o obstáculo crítico ao desenvolvimento do país.

Do ponto de vista metodológico, esses modelos têm o defeito de ignorar os fenômenos de equalização que necessariamente se processam através do sistema de preços. A posteriori, o crescimento do produto real é o mesmo, por qualquer dos três critérios de medição. Os hiatos se absorvem pelas alterações dos parâmetros projetados como decorrência das mudanças de preços relativos. Para citar um exemplo (usando apenas dois dos três limites), suponhamos que as projeções

para um país indicassem um limite de crescimento do produto real de 6% ao ano pelo critério poupança — relação capital/produto e um limite de apenas 3% ao ano, pelo critério exportações — coeficiente de importações. Com o sistema de preços funcionando livremente, é provável que a taxa de câmbio se desvalorizasse em relação aos preços internos, piorando a taxa de investimentos e a relação capital/produto, melhorando as exportações e baixando o coeficiente de importações. No fim, o produto real acabaria crescendo a uma taxa intermediária aos dois limites calculados. Qual essa taxa intermediária, e como funcionam quantitativamente esses mecanismos de equalização, eis uma pergunta para qual ainda não se conhece a resposta. Por isso, os economistas costumam ficar no cálculo dos três limites. De qualquer forma, o exercício tem a vantagem de destacar os obstáculos mais sérios ao desenvolvimento, e que devem merecer atenção prioritária da política econômica.

Um modelo desse estilo foi construído para o Brasil pelo professor Isaac Kerstenetzky e publicado em "A Economia Brasileira e suas Perspectivas (APECÃO) — julho de 1968". O modelo procura projetar para 1975 a renda nacional bruta, medida a preços constantes de mercado de 1953, partindo dos valores médios observados no quadriênio 1961/1964 e de certas hipóteses quanto aos parâmetros que determinam os três limites. Obtidas as projeções para 1975, o autor calcula, por interpolação geométrica, as taxas médias de crescimento do produto real no período.

Para calcular o limite do produto pela restrição do capital, Kerstenetzky admite que a taxa de investimentos, a preços de 1953 se situe entre 13,7% a 19,4% da renda nacional bruta a preços de mercado; o limite inferior corresponde ao comportamento histórico do parâmetro em questão; o limite superior parte da possibilidade de se elevar consideravelmente a poupança gerada pelo setor público, por meio da compressão das suas despesas correntes. Quanto à relação incremental capital/produto, admite-se que ela oscile entre 3:1 e 4:1. O limite inferior já excede sensivelmente o comportamento passado, levando em conta o provável aumento dos investimentos em in-

QUADRO 26
TAXAS LIMITES DE CRESCIMENTO DA RENDA REAL
(% a.a.)

A) Limite do capital		
Taxa de Investimentos		
Relação Capital/produto	13,7%	19,4%
4 : 1	3,4	4,9
3 : 1	4,5	6,4
B) Limite de mão-de-obra		
Taxa de aumento da produtividade	2,50% a.a.	3,01% a.a.
Taxa de crescimento da população ativa		
2,5% a.a.	5,13	5,68
C) Limite do Balanço de pagamentos		
Taxa de crescimento das exportações	3,5% a.a.	5,0% a.a.
Ajuda externa		
0	1,91	3,37
Us\$ 300 milhões	3,21	4,49

fra-estrutura, os quais elevam a média da relação em causa. O limite superior corresponderia ao funcionamento da economia a baixos níveis de crescimento, com capacidade ociosa em muitos setores. Dentro desses limites, a renda real poderia crescer a taxas compreendidas entre 3,4% e 6,4% ao ano, como se destaca no Quadro 26.

Para calcular o limite do crescimento pelo critério da mão-de-obra, Kerstenetzky supõe que a população economicamente ativa cresça de 2,5% ao ano; essa taxa, confrontada com a do crescimento das faixas demográficas potencialmente ativas, subentende certa dificuldade de criação de empregos ao longo do período (segundo o autor, existem fortes indícios de um desemprego potencial que poderá atingir, em 1975, a 6% da oferta de mão-de-obra). Quanto ao incremento da produtividade, supõe-se que oscile entre 2,5% e 3,01% ao ano, o limite superior correspondendo ao ritmo de acréscimo observado no decênio de 1950. Por êsses parâmetros, a renda real poderia expandir-se a taxas médias anuais entre 5,13% e 5,68% ao ano.

Finalmente, para calcular o limite do balanço de pagamentos, Kerstenetzky supõe: a) que a capacidade para importar cresça entre 3,5% e 5,0% ao ano (o limite superior contendo boa dose de otimismo em relação à experiência passada); b) que o ingresso líquido de capitais estrangeiros varie entre 0 e 300 milhões de dólares anuais; c) que o coeficiente de importações de bens e serviços (inclusive remessa de juros e lucros) seja de 6% da oferta global (produto mais importações), ou seja, 16,38% da renda bruta a preços de mercado. Dentro dessas hipóteses, as taxas de crescimento da economia se situarão entre 1,91% e 4,49% ao ano.

A análise acima mostra que o balanço de pagamentos constitui a mais séria restrição ao crescimento futuro da economia brasileira. Mesmo nas hipóteses mais otimistas, essa restrição parece impedir (até 1975) a expansão da renda real a taxas superiores a 4,5% ao ano. Segundo Kerstenetzky, para que se possa conseguir ritmo mais acelerado de crescimento, será necessária a concepção de uma estratégia de desenvolvimento que atente para os seguintes problemas:

I) compatibilização da meta da taxa de crescimento com o objetivo da criação de novos empregos absorvedores da oferta crescente de mão-de-obra. Será de grande importância, nesse contexto, projetar uma política para o setor agrícola que crie condições de expansão da produção sem liberação subs

tancial de mão-de-obra e com ampliação do nosso mercado interno e de produtos industriais;

II) planejamento de investimento em recursos humanos, visando à diminuição do atraso tecnológico em relação aos países mais desenvolvidos e à adaptação do sistema educacional à necessidade de modernização do país;

III) política de expansão das exportações;

IV) planejamento dos gastos públicos com maior racionalidade e melhoria da eficiência da burocracia governamental.

Desenvolveremos, na próxima seção, um modelo baseado em hipóteses algo diferentes, a respeito do limite do balanço de pagamentos. A conclusão qualitativa, no entanto, é a mesma: sem um esforço substancial de aumento das exportações, será virtualmente impossível sustentar uma taxa satisfatória de crescimento para o produto real brasileiro.

3. Dívida externa e balanço de pagamentos

Como foi assinalado anteriormente, o crescimento da economia brasileira nos últimos vinte anos só se tornou compatível com a estagnação das exportações devido à conjugação de três fatores: a) o declínio do coeficiente de importações resultante da industrialização; b) a melhoria das relações de trocas até 1954, em função da alta internacional das cotações do café; c) o ingresso maciço, no período subsequente, de capitais estrangeiros, de risco e de empréstimo, em certas épocas sob a forma do endividamento externo desordenado. Nenhum desses três fatores poderá servir de base para a formulação de uma política de desenvolvimento para os próximos trinta anos. Os obstáculos ao declínio substancial do coeficiente já foram apontados na seção 1. As relações de trocas oscilam por acidente de comércio, e seria incrível imprudência projetar a sua contínua melhoria daqui até o fim do século. Quanto à ajuda externa, ela deve ser encarada como um excelente complemento, mas nunca como um substituto de expansão das exportações.

Sob esse último aspecto valem alguns comentários. Desde meados do decênio de 1950 até 1963 o Brasil utilizou-se à farta do endividamento externo como substituto do incremento de exportações. Em princípio é natural que uma nação subdesenvolvida em crescimento, como é o caso do Brasil seja receptora de ajuda extrema². Todavia, a longo prazo não se pode esquecer que quanto maior a dívida, maior o encargo dos juros (podemos supor que as amortizações sejam compensadas por novos ingressos, já que estamos supondo a existência de um saldo líquido positivo de ajuda externa). Esse aumento do pagamento de juros pode tornar-se perfeitamente suportável se as exportações estiverem crescendo a uma taxa plausível. Mas, com exportações estagnadas, pode levar a um sério bloqueio das possibilidades de crescimento, pelo estrangulamento da capacidade para importar. De fato, o nosso período de endividamento externo desordenado, nos governos Kubitschek e Goulart, foi muito curto para que esse efeito do peso dos juros se tornasse significativo. A quase insolvência internacional em que nos encontrávamos no início de 1964 (em boa parte representada por "swaps" e atrasados comerciais), era devida à concentração dos vencimentos da dívida a prazo curto, e pôde ser facilmente contornada pelo reescalonamento das amortizações conseguido no governo Castello Branco. A longo prazo, porém, por melhor que seja o escalonamento, não há como compatibilizar a continuidade da ajuda externa com o imobilismo das exportações.

Uma série de exemplos esclarece a questão. Em números redondos, podemos supor que em 1969 o nosso produto interno bruto atinja o equivalente a 28 bilhões de dólares, e que os principais parâmetros do balanço de pagamentos venham a ser os seguintes:

ITEM	US\$ milhões
Exportação de bens e serviços	+ 2000
Importação de bens e serviços (exceto renda líquida enviada para o exterior)	- 2000
Renda líquida enviada para o exterior (remessa de lucros e juros)	- 300
Saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente	- 300
Ingresso líquido de capitais estrangeiros	+ 300

Admitamos que daqui até o fim do século as nossas exportações continuem estagnadas, e que os capitais estrangeiros continuem afluindo ao saldo líquido de 300 milhões de dólares por ano, remunerados em média à taxa de 6% ao ano. É fácil calcular o que será o nosso balanço de pagamentos no ano 2000. Em matéria de receita cambial, contaremos com 2,3 bilhões de dólares, os 2 bilhões de exportações de bens e serviços, mais os religiosos 300 milhões de ajuda externa. Contudo, em 31 anos de deficit em conta-corrente, teremos acumulado uma dívida adicional de 9,3 bilhões de dólares, os quais à taxa de 6% ao ano significam um encargo a mais 558 milhões de dólares em matéria de juros e remessa de lucros. Somando com os 300 milhões já existentes em 1969, teríamos nada menos que 858 milhões de dólares de renda líquida enviada para o exterior. Dada a receita cambial de 2,3 bilhões, restariam apenas 1.442 milhões de dólares para atender às importações de bens de serviços. Supondo que, no ano 2000, o coeficiente de importações tivesse sido reduzido para 5%³, o nosso produto interno bruto ficaria limitado em 28,84 bilhões de dólares. Por aí, do momento atual até o fim do século, o nosso produto real nem chegaria a crescer de 0,1% ao ano.

Teoricamente, o problema do encargo crescente dos juros poderia ser neutralizado se o ingresso líquido de capitais estrangeiros crescesse exponencialmente, a taxas não inferiores à dos juros. Se a ajuda externa líquida fôsse de 300 milhões de dólares em 1969, 318 milhões em 1970, 337,08 em 1971, e assim por diante, a renda líquida enviada para o exterior ficaria permanentemente empatada com a entrada líquida de capitais estrangeiros. Essa seria a fórmula do endividamento em bola de neve, análoga à do indivíduo que, periodicamente, volta ao banco para pagar com nova promissória o principal e os juros do empréstimo anterior. A menos que as exportações crescessem à mesma taxa, a fórmula seria inviável, pois os investidores externos compreenderiam rapidamente que o país estaria caminhando para um nível absurdo na relação dívida/exportação. Mas, ainda que a mágica fôsse exequível, o problema do gargalo da capacidade para importar

continuará bastante grave. Com as exportações estagnadas, no ano 2000 poderíamos importar 2 bilhões de dólares de bens e serviços. Com um coeficiente de importações limitado a 5%, isso nos permitiria chegar a 40 bilhões de dólares de produto interno bruto. Em termos de taxa de crescimento, os resultados continuariam péssimos: não teríamos ultrapassado a média anual de 1,6%.

De fato, não é plausível esperar que o ingresso líquido de capitais estrangeiros possa crescer, a longo prazo, a taxa superior à da expansão das exportações. As agências e investidores externos nunca se esquecem de calcular um parâmetro muito simples, a relação dívida/exportações. Quando essa relação se torna exageradamente alta, é sinal de que o país caminha para a insolvência internacional — e os investidores estrangeiros tratam de cortar a sua ajuda. Atualmente a relação dívida externa/exportações para o Brasil é da ordem de 2:1, nível perfeitamente razoável pelos padrões internacionais. Contudo os índices de endividamento subiriam descontroladamente, caso as exportações se expandissem mais lentamente que o ingresso líquido de capitais estrangeiros.

Mais ainda, a possibilidade de as exportações e a ajuda externa crescerem à mesma taxa depende de essa taxa não ser pequena. Pode-se demonstrar que, nesse caso, a relação dívida/exportações tende, a longo prazo, para um limite igual a $\frac{m}{i}$, m designando a relação entre o ingresso líquido de capitais estrangeiros e o valor das exportações, i a taxa comum de crescimento geométrico³. Como se vê, a relação dívida/exportações acaba se tornando inversamente proporcional à taxa de aumento das exportações. Se esta taxa for pequena, os índices de endividamento se tornarão insustentáveis. Em particular, com as exportações estagnadas, os capitais estrangeiros acabariam cessando de afluir pelo congestionamento da dívida.

É interessante ilustrar a questão com um exemplo numérico. Suponhamos que m seja igual a 15%, como em nossa projeção aproximada do balanço de pagamentos para 1969. Se as exportações crescerem de 6% ao ano, caminharemos para uma

relação de endividamento igual a 2,5. Esse índice pode considerar-se perfeitamente razoável. A renda líquida enviada para o exterior, calculada à taxa de juros de 6% ao ano, absorveria apenas 15% da receita de exportações. Admitamos porém que as exportações só crescessem de 1% ao ano. A relação dívida/exportações tenderia agora para um limite igual a 15 vezes. Nas mesmas hipóteses de cálculo, a renda líquida enviada para o exterior passaria a absorver 90% da receita de exportações (ou 78,3% da receita cambial total). Obviamente, tal seria um nível insustentável de endividamento. Em princípio, o país poderia continuar recebendo a ajuda externa, mas o coeficiente m teria que baixar substancialmente.

Feitas essas observações, é interessante verificar quais as taxas possíveis de crescimento do produto real até o fim do século em face do limite do balanço de pagamentos. O Quadro 27 apresenta o resultado dos cálculos em várias hipóteses quanto ao coeficiente de importações e quanto às taxas de crescimento das exportações e do ingresso líquido de capitais estrangeiros⁵. A metodologia adotada consistiu no seguinte: a) tomaram-se por base as estimativas acima indicadas para o produto interno bruto (28 bilhões de dólares) e para os principais itens do balanço de pagamentos em 1969; b) com base nesses valores e nas taxas de crescimento das exportações e do ingresso líquido de capitais estrangeiros, projetou-se o total da receita cambial para o ano 2000; c) a renda líquida enviada para o exterior no ano 2000 foi calculada somando-se, aos 300 milhões de dólares já existentes em 1969, 6% (taxa de juros média) sobre a dívida adicional acumulada durante 31 anos; d) por diferença, obteve-se o valor das importações de bens e serviços no ano 2000; e) dividindo-se esse valor pelo coeficiente de importações, estimou-se o produto interno bruto para o ano 2000; f) por interpolação geométrica, calculou-se a taxa de crescimento do produto real. O Quadro 27 contém algumas combinações entre as taxas de crescimento das exportações e do ingresso de capitais estrangeiros que se podem classificar como praticamente inviáveis por conduzirem a índices exagerados de endividamento. Tais combinações foram conservadas apenas para efeitos de com

QUADRO 27
TAXAS LIMITES DE CRESCIMENTO DO PRODUTO
REAL EM FUNÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
(% ao ano)

I) Coeficiente de importação: $m=0,06$ no ano 2000

Taxa de crescimento anual das exportações (%)	Taxa de crescimento anual do ingresso externo (%)				
	-100	0	2	4	6
0	0	-0,5	-0,4	-0,1	0,6
2	2,3	2,0	2,1	2,2	2,6
4	4,4	4,3	4,3	4,4	4,6
6	6,5	6,4	6,4	6,5	6,6

II) Coeficiente de importação: $m=0,05$ no ano 2000

Taxa de crescimento anual das exportações (%)	Taxa de crescimento anual do ingresso externo (%)				
	-100	0	2	4	6
0	0,6	0,1	0,2	0,5	1,2
2	2,9	2,6	2,7	2,8	3,2
4	5,0	4,9	4,9	5,0	5,2
6	7,1	7,1	7,1	7,1	7,2

III) Coeficiente de importação: $m=0,04$ no ano 2000

Taxa de crescimento anual das exportações (%)	Taxa de crescimento anual do ingresso externo (%)				
	-100	0	2	4	6
0	1,3	0,8	0,9	1,2	1,9
2	3,6	3,4	3,4	3,6	3,9
4	5,8	5,7	5,7	5,8	6,0
6	7,9	7,8	7,9	7,9	8,0

paração dos resultados numéricos.

Um exame sucinto do quadro nos leva a duas conclusões principais. Em primeiro lugar, a de que do ponto de vis-

ta das possibilidades de crescimento a longo prazo, a taxa de expansão das exportações ou a redução do coeficiente de importações desempenham papel muito mais importante do que a taxa de aumento da ajuda externa. Pode-se até afirmar que, mantidos a taxa de aumento das exportações e o coeficiente de importações, é preferível não contar com a ajuda externa do que dela dispor a uma taxa lentamente crescente. Isso porque, quanto maior o ingresso líquido de capitais estrangeiros, maior o encargo, a longo prazo, dos juros e remessas de lucros. Do ponto de vista econômico, esse algebrismo encerra o óbvio defeito de subestimar os méritos da ajuda externa, por considerar independentes a sua taxa de crescimento, a das exportações e o coeficiente de importações. Na realidade, seria mais plausível supor que o maior ingresso líquido de capitais estrangeiros favorecesse a expansão das exportações ou a substituição de importações (ou diretamente, ou indiretamente, por reforçar a capacidade de investimentos, colocando em ação os mecanismos de equalização dos três limites mencionados na seção 2). Em todo o caso, o algebrismo serve de alerta contra aquela política de horizonte curto que apela para a ajuda externa e se esquece do estímulo às exportações — política, aliás, insustentável, a longo prazo, pela exploração dos índices de endividamento.

Em segundo lugar, os números mostram que só um esforço substantivo de expansão das exportações permitirá que o nosso produto real cresça nos próximos trinta anos a taxas anuais da ordem de 6%. Se, até o fim do século, o nosso coeficiente de importações se mantiver em torno de 6% de produto interno bruto, essa taxa necessária de crescimento das exportações será de cerca de 6% ao ano. E ainda que, nos próximos trinta anos, o coeficiente de importações caia para 4%, será necessário melhorar consideravelmente o desempenho das nossas vendas ao exterior em relação à tendência passada, aumentando-as, de pelo menos, 4% ao ano.

4. Exportar ou estagnar

Por mais conjecturais que sejam as projeções da se

ção anterior, como fatalmente ocorre com todo exercício de futurologia econômica, elas parecem levar à conclusão inequívoca de que ou o Brasil consegue expandir substancialmente as suas exportações, ou a sua renda per capita se atrasará cada vez mais em relação à dos países desenvolvidos. A se extrapolarem as tendências do passado, tal conclusão nos levaria a considerável pessimismo quanto às nossas possibilidades de desenvolvimento. Felizmente, podemos nutrir esperanças bem melhores quanto ao futuro, pois a estagnação das nossas exportações não foi consequência dos azares da conjuntura mundial, mas, muito particularmente, do nosso descaso em relação ao problema. Na seção 1 alinhamos uma série de óbices e preconceitos de nossa política interna que impediram o progresso de nossas vendas ao exterior. Tomando os devidos antônimos, é fácil assinalar as principais providências necessárias para que o nosso crescimento não venha a ser bloqueado pelo gargalo externo.

A primeira providência é a manutenção de uma política de realismo cambial. Enquanto não nos livrarmos da inflação, será indispensável reajustar, periodicamente, o preço da moeda estrangeira, evitando o seu atraso em relação aos preços internos. Nesse sentido, a melhor política parece ser a da taxa reajustável em pequenos degraus, iniciada em agosto de 1968. Não obstante certos inconvenientes psicológicos, essa política é a única capaz de assegurar a estabilidade da renda real dos exportadores e de evitar os movimentos especulativos dos capitais a curto prazo.

Em segundo lugar, precisamos perder qualquer complexo quanto à exportação de produtos primários -- se os outros países pensassem assim, que seria do nosso consumo de carvão, petróleo, etc.? Na realidade, diante da intensa concorrência mundial, não nos cabe perguntar se é melhor exportar matérias-primas ou manufaturas. A resposta é "ambos", pois não estamos diante de uma alternativa.

Em terceiro lugar, é necessário que a política de comércio exterior se volte para os horizontes de longo prazo, sempre tendo em mente que o nosso crescimento, nos próxi

mos trinta anos, corre o risco de ser bloqueado pelo gargalo externo. Nesse sentido, cumpre entender que é virtualmente impossível sustentar um monopólio internacional por muito tempo, e que as manobras de valorização, capazes de maximizar a receita cambial a curto prazo, podem nos levar a longo prazo, a uma perda desastrosa de participação no comércio mundial. Lembremo-nos também de que uma escassez transitória no mercado interno é acidente muito menos grave do que o desperdício permanente de uma nova linha de vendas ao exterior.

Em quarto lugar, parece indispensável reformular a nossa política industrial de modo a tornar o nosso setor manufatureiro capaz de enfrentar e de participar da concorrência internacional. Como foi assinalado anteriormente, no decênio de 1950, dentro da filosofia do desenvolvimento introvertido, obcecamos-nos pelos índices de nacionalização sem medir custos. O resultado não foi uma indústria de baixa produtividade genérica, mas uma indústria com graves focos setoriais de ineficiência. Hoje, o nosso setor manufatureiro é obrigado a comprar no país certas máquinas e certas peças e acessórios a preços tais, que destroem a competitividade dos produtos finais. Assim, o excesso de protecionismo, que numa primeira fase castigava os consumidores em benefício dos industriais, já chegou ao ponto de punir certas indústrias em favor de outras (assiste-se hoje a intensa oposição entre os fabricantes de tecidos e os de certas máquinas têxteis). Esses focos de ineficiência resultam de termos insistido em implantar determinadas indústrias que são poderiam funcionar economicamente com uma escala de produção e com uma capacidade de renovação tecnológica muito superior às possibilidades do mercado interno. Sem propugnar um retorno completo ao princípio das vantagens comparativas, pelo menos um tipo de cálculo deveria ser feito em cada caso: verificar se a economia de divisas resultante do aumento dos índices de nacionalização não é inferior ao que se deixa de exportar pela perda da competitividade dos produtos finais. Esse cálculo provavelmente nos levaria a desistir da sustentação de

certos setores industriais, em benefício do próprio balanço de pagamentos.

Em quinto lugar, cumpre ter sempre em mente que o comércio internacional é avenida de mão dupla. Se insistirmos em tomar unilateralmente as decisões quanto às alíquotas de proteção, não nos poderemos surpreender se o mesmo fizerem os demais países em relação aos nossos produtos.

Há quem deposite grandes esperanças na ampliação de nossas exportações via diversificação dos mercados. Os grandes filões a explorar seriam a ALALC e os países do bloco comunista. A conquista desses mercados merece o máximo incentivo, inclusive porque o comércio não deve ser obstado por barreiras ideológicas, mas é preciso não a tomar como panacéia. A expansão das trocas com os países socialistas é dificultada pela relativa introversão de suas economias, pela deficiente competitividade de muitos de seus produtos, pela descontinuidade das suas correntes de comércio e pela sua resistência ao aumento de consumo de certos produtos (como o café) que integram a nossa pauta tradicional de exportações. Quanto aos países da ALALC, há que notar a insuficiente complementariedade de suas economias, as dificuldades de entrosamento das políticas monetária, cambial e fiscal, e as resistências mútuas ao abandono da produção local comparativamente ineficiente. Essas dificuldades não nos devem desanimar quanto aos esforços de conquista de novos mercados, desde que tais esforços se encarem como um complemento e não como um substituto à ampliação do comércio com as áreas tradicionais. De fato, como se depreende do Quadro 28, em 1967 ainda 71,1% das nossas exportações se destinavam aos mercados tradicionais — Estados Unidos, Mercado Comum Europeu e Associação Européia de Livre Comércio.

Enfim, cabe assinalar que desde 1965, com a implantação de uma política de realismo cambial e de incentivo às vendas do exterior, o panorama de nosso comércio melhorou consideravelmente. Deixamos de ser sistematicamente deficitários no balanço de pagamentos, e conseguimos resultados promissores em matéria de diversificação das exportações. Isso

QUADRO 28
 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR ÁREAS - 1955/1967
 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL

ANO	Estados Unidos	Mercado Comum Europeu	AELC	ALALC	COMECOM	Demais Países	TOTAL
1955...	42,3	18,5	12,7	10,2	4,2	12,1	100,0
1956...	49,5	17,4	12,1	6,7	3,7	10,6	100,0
1957...	47,4	15,4	12,4	10,0	3,2	11,6	100,0
1958...	43,1	17,5	12,2	11,5	3,3	12,4	100,0
1959...	46,3	19,7	12,4	5,9	4,5	11,2	100,0
1960...	44,5	19,7	12,8	6,8	6,2	10,0	100,0
1961...	40,2	22,4	11,6	6,8	5,6	13,4	100,0
1962...	40,1	23,9	12,6	6,2	6,2	11,0	100,0
1963...	37,8	28,1	11,4	5,4	7,2	10,1	100,0
1964...	33,2	26,1	12,9	9,3	7,1	11,4	100,0
1965...	32,6	25,9	12,1	12,4	6,4	11,6	100,0
1966...	33,4	24,7	13,1	10,4	7,1	11,3	100,0
1967...	31,9	27,4	11,8	9,3	6,8	12,8	100,0

Fonte: APEC

fundamenta a esperança de que, com uma política adequada de comércio exterior, diferente daquela que se estabeleceu entre 1947 e 1963, possamos escapar à interrupção do nosso crescimento pelo gargalo da capacidade para importar.

NOTAS

¹Relação percentual entre importações e produto interno bruto.

²O ingresso líquido de capitais estrangeiros corresponde às entradas de investimentos diretos, aos reinvestimentos, mais financiamentos autônomos e compensatórios, menos as amortizações de empréstimos e repatriamento de capitais. Dentro do princípio contábil das partidas dobradas, o ingresso líquido de capitais estrangeiros é igual ao deficit do balanço de pagamentos em conta-corrente.

³Em toda a presente seção excluimos a renda líquida enviada para o exterior do cálculo do coeficiente de importações.

⁴O leitor interessado na dedução dessa fórmula pode consultar o Apêndice VI.

⁵A taxa de -100% ao ano para o ingresso líquido de capitais estrangeiros corresponde à hipótese de que esse ingresso seja igual a 300 milhões de dólares em 1969 e 0 nos trinta e um anos subsequentes.